

(Texto com revisão.)



PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde a todos.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, eu queria saudar a presença do vereador, líder do governo, Jean Dornelas, de São José do Rio Preto.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Seja muito bem-vindo.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Gostaria de perguntar para a presidência da Câmara se não é o caso de nós... Eu estou muito preocupado, porque nós temos um anúncio de ciclone, já são vários problemas na cidade, e eu sei que o grande debate, hoje, da Câmara, é a questão dos salarial de secretários, prefeito, tem outras emendas. Eu queria saber da presidência, inclusive da liderança do governo, se não é o caso de não se fazer esse debate hoje. Vamos tratar de cuidar da cidade e não fazer esse debate hoje. Porque eu sei inclusive que há uma orientação do próprio governo de que às 16h... Façam o quiserem, se quiserem insistir nesse tema, então façam amanhã, mas hoje parece um desrespeito com a cidade que a Câmara esteja funcionando, debatendo esse assunto. Nós debatemos, de manhã, uma pauta muito justa e muito importante, que era a contratação de novos servidores de emergência para a Defesa Civil. Mas no dia de hoje o governo vai arcar com esse custo? Eu acho que é até um custo imoral discutir esse tema nesta situação. Eu fico preocupado com a rua, não aqui, mas na rua a gente se preocupa, e as reclamações chegam, as demandas chegam. Eu acho que seria o caso de nós levarmos em conta isso. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, eu entendo a preocupação do Ver. Robaina, mas o Legislativo tem que cumprir com seu dever. O Executivo pode terminar às 14h, às 16h, porque as instituições do Executivo estão prontas

para qualquer emergência. Espero que Deus nos proteja e não cause nada esse vento, essa chuva para a cidade, mas, na Câmara, é o último dia de votação antes do recesso, e nós vamos votar, nós estamos aqui e vamos fazer a votação.

Vereadora Mônica Leal (PP): Como líder do Progressista, eu manifesto aqui, nós nos organizamos para que esta sessão aconteça, as pessoas organizaram suas agendas, o Executivo está na rua pronto para dar todo atendimento para qualquer situação que o ciclone venha ocasionar. Nós, legisladores, estamos aqui para votar o que foi acordado com o colégio de líderes.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, com o maior respeito, evidentemente, às posições em contrário, mas fica algo, eu não diria ridículo, mas um pouco absurdo até, a cidade eventualmente sofrendo barbaridades, podendo chegar a situações de ferimentos e até de óbitos, e nós votando aqui aumento salarial de autoridades. O que me parece mais adequado é que fosse na quinta-feira. Eu tenho compromissos na quinta, mas obviamente abro mão de todos para estar aqui às oito da manhã, às nove, às dez, à hora que quiserem. Mas me parece que hoje é inadequada essa votação.

Vereadora Mari Pimentel (NOVO): Reforço também a importância da data de hoje, tendo em vista que a gente não está contando com todos os vereadores presentes no plenário, nós temos até vereadores suplentes. Se a gente deixar para amanhã, daqui a pouco, nós podemos estar com os vereadores titulares para votar esse tema. A gente não sabe como é que está a situação de saúde, tem vereadores que não conseguirão chegar no plenário, tendo em vista essa situação. Teve alguns que não conseguiram nem mandar seus suplentes. Eu acredito que seja importante a gente debater com seriedade e a gente sabe que está diante de um efeito de vento, hoje, de cem quilômetros por hora. A gente não sabe o que está acontecendo, na realidade, a cada um dos 36 vereadores. Por isso, vendo o plenário ainda sem a totalidade dos membros, eu acho que a

gente tem que, realmente, pensar em termos de um adiamento dessa votação de hoje.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feitos os registros.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Não tem espaço, Presidente, para que a gente faça um encontro, converse com as lideranças? Neste caso, eu e o Pedro Ruas estamos falando pelo PSOL, mas imagino que também outros partidos da oposição... Nós não queremos arcar com essa responsabilidade. Claro, se a liderança do governo, se o governo e, neste caso específico, se o senhor, como Presidente da Câmara, quer arcar com a responsabilidade de a Câmara funcionar como se estivesse tudo tranquilo... Eu ouvi o líder do governo aqui na Câmara dizer que a cidade está preparada. Pela manhã, nós acabamos de votar e ter a informação de que a cidade tem onze pessoas que trabalham na Defesa Civil. Por isso nós aceitamos votar emergencialmente, inclusive, um aumento no número de trabalhadores. Mas preparada a cidade não está, eu acho que a Câmara deveria estar atenta a isso, ajudando o Executivo nisso. Eu fiz um pedido de informações para a Cláudia Araújo, para o prefeito Melo, sobre que tipos de medidas estão sendo tomadas. Eu acho que seria útil que se fizesse uma força-tarefa unificada da Câmara para acompanhar os problemas. Mas, daqui, discutindo o aumento de salário do prefeito e dos secretários, nós não temos condições nenhuma de acompanhar, pois ficamos discutindo salários. É uma sensibilidade que eu peço para que vocês tenham, e o Presidente especificamente. Então, queria ver como a gente pode encaminhar para que esse assunto seja encarado de verdade, com o posicionamento das lideranças, e não tomar a questão da sessão como se tivéssemos numa situação normal. Obrigado, Presidente.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, o próprio prefeito Melo, na sua página ou perfil, está recomendando que as pessoas fiquem em casa. O prefeito Melo pediu ao Grêmio e ao Bahia que não façam o jogo de hoje – o prefeito Melo.

Os servidores municipais estão sendo aconselhados a ficar em casa, e os da Câmara? E os da Câmara? Os nossos tem que ficar na sessão conosco, tem que correr o risco, eles que não têm mandato? Amanhã não tem ciclone, parece-me lógico. De qualquer maneira, temos que votar o requerimento. Obrigado, Presidente.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Presidente, eu fiz uma questão de ordem. Eu estou retornando agora para a Câmara, estou no meu carro. A chuva, para informar os vereadores, está tranquila, é um chuvisco agora, não tem ventos nas ruas. Eu gostaria de saber que se efetivamente os vereadores que estão solicitando que neste momento a gente pare de fazer votações importantes na Câmara, se eles vão fazer algum atendimento de emergência na rua, se eles vão pegar alguma questão de Defesa Civil, de saúde, pois eu acho que os vereadores, neste momento, têm que tocar a pauta, porque é a última sessão que nós temos antes do recesso. Muito obrigada.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, todos nós sabemos que o Ver. Robaina é acostumado a fazer tormenta em copo d'água. Ele está fazendo, um chuvisco, agora, ele transformou em temporal e ciclone. Então, com todo respeito que eu tenho, cada um... Como se o vereador fosse sair pela cidade afora ajudar os flagelados, acho que não é o caso. Ver. Robaina, com todo respeito, quem quiser ajudar... Nós estamos com uma plateia cheia aqui, se quiserem ser voluntários também, todo mundo aceita ajuda, mas nós temos que fazer o nosso trabalho aqui, e o nosso trabalho, no último dia do semestre, é votar as matérias que têm que ser votadas.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feitos os registros. Aceito as ponderações, mas a sessão está mantida.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Uma questão de ordem, Presidente. O requerimento não deveria ser votado? Consulto a Diretoria Legislativa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Foi decidido pelo Presidente.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Ah, não é votado. Obrigado,

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feitos os registros. O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, colegas vereadores, iniciamos a nossa sessão da tarde, e, como já foi dito aqui, só com uns pinguinhos de chuva, contrariando todas as previsões da meteorologia. Queria iniciar desejando condolências e plena recuperação aos vereadores Mauro Pinheiro, Giovane Byl e João Bosco Vaz, que devem estar, neste momento, internados na UTI, entubados, por não estarem presentes no plenário na tarde de hoje, já que nós estamos *on-line*, temos vereadores *on-line*, e esse legado da covid nos tem sido permitido, por muito tempo. Quero saudar os vereadores que, mesmo com posição favorável ou contrária ao projeto que vem movimentando esta Casa, estão aqui hoje defendendo os seus pontos de vista – um projeto que chega nesta Casa novamente.

Desde que aqui cheguei, há 12 anos, eu vejo essa história de que o salário do prefeito não é bom, que o salário do vereador não é bom, que o salário do secretário não é bom. O que é bom? Uma pessoa que ganha R\$ 1.500,00 para sustentar a sua família? O que é bom? Uma pessoa que ganha R\$ 3 mil para sustentar a sua família? O que é bom? Uma pessoa que ganha R\$ 7 mil, paga 7,5% de Imposto de Renda e mais 11% de previdência e, com o que sobra, tem que sustentar a sua família? Quando alguém entra num contrato de trabalho, público ou privado, essa pessoa sabe quanto vai ganhar; entrou porque quis! E, pasmem, colegas vereadores, o piso de ingresso da Secretaria da Fazenda é de R\$ 19 mil. Ontem foi chamada a Câmara de Vereadores, a Mesa, está na imprensa, para ir lá no Ministério Público. Estão dizendo que agora vai passar

para os miseráveis R\$ 21 mil, que é o salário do prefeito. Miserável? Em que mundo estão? Em que mundo estão? Os servidores públicos municipais ganharam 5%, parcelados em três vezes! Isso não é pelo salário do prefeito Sebastião Melo, um homem honrado e digno, já disse que, hoje, para o governo, nesta Casa, os projetos mais importantes são o dos fundos e o da Defesa Civil. No ano passado, quando líder do governo, aprovei mais de cem projetos do governo nesta Casa. Saí por quê? Fui contra o projeto da Fazenda, e continuo contra. Esse projeto não é de secretário, porque os secretários ganham pouco, mas estão nos melhores restaurantes de Porto Alegre. Os secretários ganham pouco e têm bons carros. Os secretários ganham pouco e vivem a sua vida. Dezenove mil reais é pouco onde, cara pálida? Onde que R\$ 19 mil é pouco? Na realidade do povo de Porto Alegre, das pessoas que pagam impostos para nós, me diz se R\$ 19 mil é pouco. Onde R\$ 19 mil é pouco! Quiseram ser secretários e são. Por último, agora, nós tivemos o secretário da educação do Sesc, do Senac, saiu da iniciativa privada, para vir ganhar, como dizem, R\$ 9 mil, por quê? Por que o secretário Germano continua, há dois governos, na secretaria, ganhando R\$ 9 mil? Por quê? Por que as pessoas disputam uma eleição? Nós todos sabemos quanto é o salário quando disputamos uma eleição. E todos nós não estamos aqui por salários, estamos aqui pelo que acreditamos, estamos aqui pelo que queremos fazer para melhorar a vida das pessoas. Pegar esse montante que dá para comprar 40 mil vagas nas creches! Com esse dinheiro que nós vamos botar no bolso da Fazenda dá para comprar 40 mil vagas! Tem uma emenda da Ver.^a Mari Pimentel, que eu assinei junto, que diz que, se é para os secretários, tirem do projeto o salário do prefeito e do vice-prefeito, e vamos votar os salários dos secretários, tenho certeza que vão aprovar por unanimidade nesta Casa. Se para o prefeito é somente para 2025, se para os secretários é de imediato, aproveem a minha emenda, que determina que o teto só vai valer em 2025. É simples. Nós temos duas emendas que acabam com toda a discussão e resolvem o problema dos secretários competentes, resolvem o problema do prefeito, seja quem for o próximo prefeito, e resolvem o problema do piso. Chegou a hora do pessoal da Fazenda fazer um pouquinho de sacrifício, por

três, quatro meses, para a cidade de Porto Alegre. Agora nós não podemos mais ver a cidade sangrar, ver os professores não ganhando um salário digno, ver o pessoal da saúde, ninguém vai ganhar 60% de aumento; nenhum guarda municipal vai ganhar 60% de aumento; nem o jornalista que me entrevistou esta semana – eu perguntei para ele se ganhou 60% de aumento, mas não, ele não ganhou. Além das 40 mil vagas de creches, nós poderíamos ter 22 leitos hospitalares por ano. Isso faz falta na nossa cidade, muita falta. Então, para iniciar os trabalhos, como líder do Solidarietà, deixo esses questionamentos para os colegas refletirem, para o povo que nos assiste através da TV Câmara, através da Rádio Câmara, através das redes sociais e das galerias. Porto Alegre não suporta isso que a Fazenda quer. Não querem mais trabalhar no Município, abram os seus consultórios, os seus escritórios de consultorias, vão fazer contabilidade, consultoria privada; agora, com certeza, o salário que ganham muita gente aí fora não ganha. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria da Ver.^a Mari Pimentel e do Ver. Tiago Albrecht, ao PLL nº 195/23.

Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Mari Pimentel, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 02 ao PLL nº 195/23.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Roberto Robaina, ao PLL nº 195/23. Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 03 ao PLL nº 195/23.

Apregoo a Emenda nº 04, de autoria do Ver. Aírto Ferronato, ao PLL nº 195/23. Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Aírto Ferronato, deferido por esta presidência, solicitando retirada de tramitação da Emenda nº 04 ao PLL nº 195/23.

Aprego as Emenda nºs 05 e 06, de autoria da Mesa Diretora, ao PLL nº 195/23. Não há necessidade da dispensa do envio das Emendas nºs 05 e 06 ao PLL nº 195/23 à apreciação das comissões, para parecer, porquanto a matéria tramita sob a égide do art. 81 da Lei Orgânica do Município.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, colegas vereadores, Presidente, público que nos acompanha na TVCâmara. Imoral votarmos um aumento de mais de 60% para o prefeito hoje, porque todos sabemos que não é um aumento para o prefeito, é um aumento para a elite do funcionalismo, é um aumento para quem já ganha muito, para quem hoje, no dia de hoje, quando o ciclone estiver na cidade, estará em *home office*. Mas o médico vai estar no posto de saúde, os hospitais de Porto Alegre contam com os médicos que ganharam 5% de reposição inflacionária; o professor da escola, todos os outros servidores, ganharam 5%. Imoral debatermos 60% para 100 servidores, imoral debatermos 60% numa capital onde 25% das pessoas não ganha meio salário mínimo; onde João, Maria, Ângela, Carmem, cada pessoa de que vocês forem buscar os votos no final do ano que vem estará com salário muito abaixo dos 100 servidores que hoje esta Casa busca privilegiar. Muito abaixo! E eu quero ver a nossa moral, dos vereadores, ao olharmos para cada um deles e falarmos que nós votamos para uma elite do funcionalismo, para 100 pessoas. Ver. Moisés, não vai parar a Prefeitura, não! É demagogia. Demagogia é dizer que a Prefeitura vai parar se nós não votarmos hoje o aumento para a Fazenda – é demagogia falarmos isso. Nós já votamos, derrubamos no ano passado, e agora eu não sei que aconteceu, ele voltou ainda maior, e esta Casa pode aprovar um aumento ainda maior do que o que derrubamos seis meses atrás. O que mudou? Que política mudou? Porto Alegre está mais rica? Nós estamos com dinheiro sobrando? Os servidores estão aí, a gente está com tudo certo, não falta professor, não falta médico, não falta nada? Ou não sei o que acontece. É imoral, e o partido NOVO considera

que estarmos, neste momento, debatendo esse aumento que a gente sabe que é direcionado, não deve ser prioridade para a nossa capital, uma capital onde, na iniciativa privada, de onde eu venho, a média salarial é R\$ 3 mil, muito longe dos R\$ 19 mil, muito longe dos R\$ 36 mil, e R\$ 3 mil nós sabemos que é lutado para cada trabalhador da iniciativa privada conseguir. É imoral, e nós estaremos hoje debatendo o quanto precisar para barrar esse aumento, porque todos nós sabemos: quando alguma senhora vai na farmácia, quando nós vamos solicitar algum serviço, o imposto está lá, o imposto que sai do nosso bolso; os R\$ 30 milhões que hoje cada um de nós vai apertar nessa tecla saem no custo de cada produto de Porto Alegre, no serviço que nós vamos contratar ou no produto que nós vamos comprar, isso tudo. Não existe almoço grátis, é a vida real como ela acontece. Espero trazer aqui para vocês não um discurso demagógico, como será criticado aqui, mas a realidade de quem sabe, quem vive numa capital onde 25% das pessoas, de 1,5 milhão, não ganha meio salário mínimo, onde a iniciativa privada paga na média R\$ 3 mil, e onde temos 100 servidores que acham que podem ganhar R\$ 36 mil. Muito obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Muito obrigado. Ao subir aqui, eu já vi uma vereadora toda nervosa, achando que vão bater nela. Claro que não, claro que não. Nós não vamos discutir o valor dos nossos carros, vereadora, nem o meu, nem o seu, porque são carros de ricos, são carros de ricos. Ou nós vamos discutir quanto ganha o piloto do avião do seu marido? Não. Porque nós não podemos botar um piloto no avião do seu marido que saiba dirigir uma carroça, tem que ser um piloto. Aqui também nós precisamos de secretários competentes, por isso eles têm que ganhar como competentes. Agora, o pior de tudo, Ver. Robaina, V. Exa. pode vir aqui reclamar de médico, de salário de funcionário público, mas o NOVO não! O NOVO tem horror de funcionário público! A senhora

não gosta de funcionário público, a senhora sempre ataca funcionário público, a senhora é contra a contratação, a senhora é contra concurso público, a senhora não gosta dessas pessoas que fazem o serviço público competente. A senhora é da iniciativa privada, que eu também sou, eu também sou da iniciativa privada, mas reconheço o trabalho do funcionalismo; a senhora não, a senhora é demagoga e vem aqui só para falar isso. Falar aquilo que não pratica. A senhora não pratica isso. Não acreditem nessa defesa da Ver.^a Mari Pimentel, na defesa dos funcionários, na defesa dos secretários e funcionários. Não! Ela não gosta de funcionário público! Ela já votou muitas vezes contra, votou muitas vezes contra funcionário público! Então essa balela de querer defender, é mentira deslavada, mentira deslavada. Não acreditem. Não acreditem! Venha com outros argumentos, vereadora, esse não funcionou e não vai funcionar. A senhora, não; eu poderia lhe dizer que trinta e poucos vereadores podem falar isso, o NOVO não, nem aqui, nem na Assembleia e faço uma exceção ao governador Zema, de Mina Gerais, que aumentou em 250% o seu salário e dos secretários. Então a senhora não venha fazer demagogia aqui num assunto que a senhora não acredita, a senhora fala e não acredita no que diz, e nós também não acreditamos no que a senhora diz. Vamos mudar de assunto, vamos fazer a votação, nós temos aqui vereadores com coragem, que não são demagogos, que são verdadeiros, que não se assustam com pequenos gritos e nem com grito grande. Nós temos coragem porque nós temos posição, não somos hipócritas, não somos hipócritas. E a sua iniciativa privada que paga R\$ 3 mil, não sei qual é que é, só se a senhora explora os funcionários. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores e vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, eu, neste caso, vou pedir licença, não necessariamente vou falar em nome de toda oposição, mas espero que sim,

porque eu acredito que a fala do líder do governo não é uma fala adequada. Todos sabem que eu sou um opositor frontal às ideias do partido NOVO, que é um partido que defende uma ideologia neoliberal, que eu considero que é uma ideologia que desmonta o serviço público, que defende os mais ricos, mas isso é o meu enfrentamento com o partido NOVO. Eu acho que o enfrentamento que o Ver. Cecchim, líder do governo Melo, faz com a Ver.^a Mari Pimentel não é esse, não é um enfrentamento ideológico. O ataque à Ver.^a Mari Pimentel é um ataque a uma vereadora que não aceitou um esquema que eu desconfio que seja um esquema de corrupção na Secretaria de Educação. Ela teve a coragem de protocolar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com a assinatura de 10 vereadores da oposição, e ela foi atacada por estar supostamente junto com a oposição, a esquerda. Eu acho que nós temos que qualificar o debate e discutir os argumentos, discutir os argumentos! O que nós estamos discutindo hoje é, sim, uma vergonha, que num dia como este, de crise na cidade, de anúncio da possibilidade de um ciclone, que a Câmara dos Vereadores esteja votando 62% de aumento de salário do próximo prefeito, de aumento de salário de secretários. O Ver. Janta falou muito bem, é uma vergonha, nós temos vereadores ausentes! É de se perguntar se estão na UTI, se estão entubados. Não, foi a pergunta do Janta, muito inteligente, o Janta é muito perspicaz. Nós sabemos que não! Nós sabemos que é a política de alterar a relação de forças na Câmara para finalmente passar esse aumento salarial, que é uma indecência! Ou R\$ 19 mil é pouco? Que conversa é essa? Nós achamos que a Câmara dos Vereadores não pode aprovar este projeto. Eu não vou nem falar que aqui uma representação dos municipais... O governo Melo propôs 5%, parcelados em cinco vezes, é isso! Sete anos sem reposição, sete anos sem reposição! É isso? Sete anos sem reposição para professores, para trabalhadores da saúde. Pedro Ruas, amanhã, o Instituto de Cardiologia, que atende 55% dos casos cardíacos de Porto Alegre, os trabalhadores do Cardiologia, que é um hospital que recebe recursos públicos da União, do Estado e do Município, estão sem receber salários. Vão fazer uma greve a partir de amanhã – sem receber salários! –, o governo deveria estar preocupado com isso, fazendo uma força-tarefa em relação a isso. Hoje pela

manhã, eu já escutei o prefeito Melo falando que a cidade estava preparada para enfrentar os eventos terríveis, ciclones. Como preparada? Se hoje todos receberam com espanto a informação de que nós temos 11 trabalhadores e trabalhadoras na Defesa Civil, 11! Fez-se uma votação aqui que aprovou a contratação emergencial de 30; é um despreparo, é uma irresponsabilidade! E o esforço do governo, o esforço nesta última sessão do semestre é para aprovar o salário. Isso não é uma política digna desse nome. Por isso eu termino dizendo o seguinte: vamos qualificar o debate, venham com argumentos, venham falar aqui que o salário é baixo e, portanto, tem que aumentar. Isso aí é uma piada para a população. Uma piada! O salário dos vereadores não é baixo, não! O salário dos vereadores é um ótimo salário. O salário do prefeito é um ótimo salário. O dos secretários é um ótimo salário. Se vocês perguntarem para a população, é capaz de a população propor que seja reduzido, não aumentado – reduzido! –, porque, pelo serviço que tem se prestado, é para reduzir o salário dos políticos, sim. Eu não sou contra a política; eu sou a favor da política, mas eu sou a favor de uma política que mude a vida, não que seja um lugar para se locupletar, para defender privilégios e para defender negócios com grandes empresários. A política que nós necessitamos é outra. Eu espero que a Câmara de Vereadores, no dia de hoje, novamente evite esse aumento salarial para o prefeito. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra da presença no dia de hoje e também pela TVCâmara; eu vi os cartazes, João Ezequiel, Mário, Assis, Cindi. Os municipais e as municipais têm mostrado, vereadoras e vereadores, qual é a posição deles, e ela precisa ser respeitada. Precisa, sim. Quando se fala, e o próprio prefeito argumenta, que a cidade está preparada... Bom, mas não é ele

que vai fazer esse trabalho, são os municipais. A cidade tem uma boa educação, João Ezequiel, mas não é o prefeito que dá aula, são os professores e as professoras. Tem um bom serviço de saúde, mas não é ele que está na ponta, são os municipais e as municipais. Então nós temos que ver, nós temos que verificar quem é que realmente está prestando esse serviço com qualidade, que merece elogios do próprio prefeito, reconhecimento de toda sociedade, e ver que tiveram um aumento de 5%, todo parcelado, todo parcelado! Aí as pessoas argumentam. Isso é uma contradição; é uma contradição. Não é que o argumento seja falso. Não! É uma contradição absurda. Argumentam que o prefeito, os secretários e os vereadores ganham pouco. Isso é absurdo. É absurdo, pela contradição. Bem, é pouco em relação a quê? É pouco em relação a quem? É pouco em relação ao Bill Gates? É isso? É pouco em relação a quem, não é, João? Qual é a comparação utilizada, Ver.^a Abigail, para dizer que o prefeito, os secretários e os vereadores ganham pouco? Qual é a régua? Não são os municipais, isso eu garanto. Talvez seja algum milionário, um Lemann da vida, eu não sei! Onde está essa régua, quem afirma isso, com que base em quê? “Ah, é porque os melhores não vêm!” Vêm, sim. Eu não vi ninguém recusar o cargo secretário de município na capital, Ver. Robaina – eu assino embaixo do que V. Exa. falou aqui –, por causa do salário; eu não vi ninguém recusar, eu nunca ouvi falar, nunca, e se recusou, não era por isso, não era pelo salário. Vamos debater, as pessoas têm que vir aqui e dizer: “Olha, R\$ 19 mil é muito pouco, não dá para viver com isso”. Bom, aí onde é que vão parar os municipais? “R\$ 21 mil, não tem como, não aguento, não é possível!” Como assim? Janta, em que mundo estamos? Em que mundo estamos que R\$ 21 mil não é salário? Em que R\$ 19 mil não é salário, R\$ 17 mil, de vereador, não é salário? Como assim?

Presidente Hamilton, para nós há, de fato, uma contradição enorme. Quando se analisa salário, remuneração de municipais e municipais, R\$ 3,00 ou R\$ 4,00 são uma fortuna; quando se analisa de secretários, de prefeitos, de vereadores, R\$ 19 mil, R\$ 21 mil, R\$ 17 mil... “Ah, não dá nem para viver”. A contradição é absoluta. A contradição é absoluta e se constitui num absurdo.

Eu não quero encerrar, Presidente, sem prestar minha solidariedade – isso é estranho, Ver. Tiago e Ver.^a Mari – ao partido NOVO, por quê? Nós temos divergências, sim, divergências profundas ideológicas, divergências de princípios, mas temos também a admiração pelos atos corretos da política do NOVO, pelos atos de coragem da política do NOVO, pelos atos, enfim, que justificam a existência de um partido como o de vocês. Não serão as nossas divergências que nos afastarão da convivência e, eventualmente, trilharmos algum caminho comum. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, servidoras e servidores públicos também presentes e com arrocho salarial de 30%: o projeto aqui não é para valorizar quem faz saúde, educação, saneamento, assistência e limpeza urbana desta capital. O projeto é para ajudar o prefeito que diz que é pouco R\$ 19 mil. Vocês não ouviram errado, cidadãos e cidadãs, eles acham que R\$ 19 mil, R\$ 21 mil é pouco, salários do vice, do prefeito. Mas aí eu pergunto: eles não acham pouco os padrões do um ao quatro da Prefeitura, os operários, esses que fazem os serviços nevrálgicos dessa Prefeitura e ganham abaixo do salário mínimo? Estão abaixo do mínimo nacional. Mas para o prefeito não tem problema, hoje nós temos a falta de 600 funcionários na educação, porque não fazem concurso – denúncia feita esta semana ao Ministério Público. O líder do governo não sobe aqui para pedir médicos para a unidade de saúde Timbaúva, porque o contrato previa três e tem só um. O líder do governo não vem aqui pedir para limpar as avenidas que os contratos terceirizados não fazem. Ele não vem aqui para colocar funcionários no DMAE, que hoje tem dois mil cargos vagos. Mas ele vem aqui dizer que é pouco o que os políticos ganham. É a total inversão de valores que vivemos. É que os políticos pensam primeiro no seu umbigo, primeiro nas suas gravatas, em

desfilarem os seus trajes, seus paletós por aí, como ontem veio o secretário do meio ambiente aqui, desfilou na COSMAM e não resolveu nada da devastação do meio ambiente. É para esse tipo de secretário que eles querem dar aumento. Depois eles se reúnem, gente, e termina tudo na famosa *pizza*, aquela boa *pizza*! Porque eles, num dia em que a população já está sofrendo com a falta de mobilidade, com medo do ciclone, eles querem votar, porque eles querem as galerias vazias, eles querem pouco povo. Eles já colocaram vidro aqui, porque o povo, para esses políticos do Centrão, bolsonaristas, o povo para eles é o título de eleitor votando e não incomodando muito. Eles querem só que vote, que não peça nada, que não cobre, e eles não ficam sequer vermelhos. Eu estou falando aqui, e sabe como é que eles estão, os da base do Melo? Eles estão no celular, como se não houvesse amanhã, dialogando, mandando “zap”, enquanto o povo está lá no HPS, onde chove na cabeça, mais um dia que está chovendo na cabeça dos pacientes, dos trabalhadores que estão aí com o piso da enfermagem que o prefeito não paga, um salário baixo. Humilhação é a palavra de ordem deste governo, que foi lá e deu R\$ 70 milhões de isenção para a Fraport. Para isso tem dinheiro, para aumentar o salário dos poderosos tem dinheiro, mas para botar 11 mil crianças de quatro e cinco anos que estão fora da escola em Porto Alegre, porque ele não construiu uma escola, para isso não tem dinheiro. Para isso são os olhos fechados, são as costas. Nós vamos lutar contra essa vergonha que está colocada aqui. Isso é um absurdo! O Partido dos Trabalhadores, eu, o Comassetto, o Oliboni nos levantamos contra esse escândalo que é aumentar salário de político, enquanto aos trabalhadores da cidade ele ofereceu um percentual de cinco e pouco, parcelado. Vergonha, vergonha, vergonha o que vocês fazem: pedir o voto da população para vir aqui votar aumento de secretário, de vice-prefeito, vice-prefeito que a população nem conhece, nem sabe quem é. Prefeito também, que escolhe o que vai fazer e não escolhe o povo. Porque o povo, gente, para eles, é número; eles só querem ver o povo na hora oportuna, para tirar foto com criança no colo, como o Melo tem várias fotos com criança no colo. Depois larga as crianças sem creche, sem pediatra nos postos de saúde, que é o que nós temos hoje.

Eu encerro dizendo que eu não aceito essa pantomima que vocês trazem novamente para este plenário, porque teve gente aqui que veio deblaterar, veio com energia para defender aumento para político, mas não vejo essa energia para defender saúde e educação para população.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): (Procede à execução de um áudio no celular.) Eu não sei se todos os meus colegas vereadores e vereadoras conseguiram ouvir [o áudio reproduzido], mas, quando nós assumimos um mandato aqui na Câmara, a nossa tarefa é representar a população que nos elege. Sei que vários colegas vereadores e vereadoras desta Casa conhecem o bairro Ponta Grossa, muitas vezes sobem à tribuna para falar do bairro, inclusive visitaram o bairro, ao longo dos últimos meses, como é o caso do Ver. Pablo Melo. Aqui quem falou foi a Jana, moradora do Túnel Verde, moradora de uma região da cidade que inclusive, pelas intervenções necessárias de macrodrenagem, precisa ser removida de onde mora. Foi a Jana que retirou quem ficou das suas casas quem ficou alagado no dia 16, porque a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros, como ela diz, não tinham sequer barco para tirar as pessoas de casa. E só de barco era possível tirar as pessoas das suas casas. Eu tenho certeza que não sou só eu, tenho certeza de que todo mundo aqui deve estar recebendo no seu WhatsApp, nas suas redes sociais, mensagens desesperadas da população da nossa cidade. O que a Jana termina dizendo é que se sente desacolhida, em pânico, com medo. É isso que hoje, neste momento, sente e vive boa parte da população da nossa cidade. Mas, neste momento, o que nós discutimos aqui na Câmara de Porto Alegre? Vamos discutir e vamos votar o fim de fundos importantes para esta cidade, que fazem com que esses recursos deixem de ser tratados, enquanto políticas de Estado, e esses recursos possam ser utilizados ao bel prazer de governos. Vejam que

estamos falando do Fundo de Incentivo à Reciclagem e Inserção de Catadoras e Catadores, nós temos falando do Fundo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural, nós estamos falando do Fundo de Apoio ao Sistema Ciclovitário da nossa cidade, nós vamos discutir e votar a desvinculação do Fundo de Habitação de Interesse Social da nossa cidade, do Fundo de Defesa do Meio Ambiente, do Fundo Pró-Mobilidade. Nós vamos discutir aumento de salários quando, nesta Casa, se pretende aprovar o fim da licença-prêmio, que é mais uma penalização aos trabalhadores e trabalhadoras da nossa cidade, que mantém a política aplicada lá atrás, pelo governo Marchezan, que desmontou o plano de carreira dos servidores e servidoras. Tenta se justificar com as altas ações judiciais que o governo precisa responder e pagar, mas essas as ações judiciais não são culpa dos servidores e servidoras, é fruto da má gestão no Município, que não garantiu aos servidores os direitos que são deles e delas. Enquanto isso, os servidores e servidoras do Município sofrem com perdas salariais de mais de 30%. A minha manifestação, neste momento, em liderança, pelo PCdoB, e tenho certeza de que falo também em nome da Ver.^a Biga, é para que a gente possa refletir sobre quais são as nossas prioridades e sobre o projeto que tem sido conduzido na gestão do Município de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h15min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PLL nº 195/23. (Pausa.) O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente Sossmeier, meus caros colegas, eu começo falando hoje que matemática não tem ideologia; o que eu vou falar aqui não é uma posição ideológica, é uma posição muito pé no chão,

muito transparente sobre o que eu penso a respeito desse assunto. Digo também ao meu querido líder de governo, o Ver. Idenir Cecchim, aos demais colegas e também ao pessoal do Simpa que eu gostaria de estar votando hoje aqui sobre a licença-prêmio, para acabar com a licença-prêmio. Esta é a pauta que eu gostaria de estar votando hoje na última sessão deste semestre. Quero deixar claro também que, quando o PT sobe aqui e diz que esse é um projeto para aumentar o salário do Melo, que o prefeito Melo está por trás da articulação, também é uma grande mentira – vamos deixar claro aqui, até porque a imprensa hoje aqui está em peso cobrindo a nossa votação e as nossas falas. Vou reforçar que qualquer tipo de aumento aqui previsto no projeto é a partir de 2025 com relação aos salários de prefeito e vice-prefeito. Porém, meus amigos, o foco aqui não é o salário do prefeito e do vice-prefeito, o foco aqui é o salário do funcionalismo público, do efeito em cascata que acontece e que acontecerá se nós tivermos um aumento de mais de 60% no salário do prefeito. E não está claro para mim, ainda, depois de tantas reformas que nós fizemos na cidade de Porto Alegre, depois de a nossa cidade, por mais de 20 anos, fechar no vermelho todos os anos, e com muito custo nós conseguimos equilibrar as contas, esta Casa aqui protagonizou uma série de reformas importantes, e ainda protagoniza uma série de reformas importantes, buscando manter o equilíbrio, a austeridade fiscal. Para que, para dizer que está em dia? Não! Para entregar serviços melhores à população. Depois de tanto esforço, nós corremos o risco hoje de aprovar um projeto que causará um efeito em cascata no funcionalismo, e não está claro o custo disso e nem o impacto disso para a cidade de Porto Alegre, para a cidade em que minha filha está crescendo, para a cidade que os filhos, os netos de vocês estão crescendo e que precisa pagar as suas contas. Eu sou favorável à emenda de autoria dos colegas do NOVO, também do Ver. Claudio Janta. Eu vejo aqui que dentro dessa discussão, sim, nós podemos aprovar porque não causa impacto em cascata e efeito em cascata no funcionalismo público a revisão dos salários de secretários municipais. Porque eles ganham pouco? Não, mas para poder dar uma remuneração para que nós possamos chamar pessoas ainda mais qualificadas e bem posicionadas dentro da sua

trajetória profissional para exercer uma função extremamente relevante dentro da cidade de Porto Alegre. E eu falo isso aqui com muita coerência, muita coerência entre discurso e prática, porque quando fui secretário municipal, era vereador eleito, eu fiz uma opção em não receber o salário de vereador e receber o salário de secretário municipal. O salário de vereador, à época, era de R\$ 14.573,00, bruto; o salário de secretário municipal à época era de R\$ 12.984,00 brutos. Com isso, em três anos e quatro meses, contando com o 13º, eu abri mão do meu salário à época em R\$ 68.320,00, corrigido monetariamente para os dias de hoje, esse valor chega a R\$ 102.967,00 que eu abri mão para ficar com o salário de secretário municipal e não o salário de vereador. E fiz isso por um gesto político também, pois comandava na secretaria inúmeros servidores públicos de carreira e CCs que estavam sem qualquer tipo de reajuste e, na época, inclusive recebendo parcelado, pois era anterior às reformas importantes que esta cidade fez. Participei das reformas tanto no Executivo, quanto como vereador, participei de processos de desestatização, que vejo que nós precisamos, sim, diminuir o inchaço da máquina pública, participei aqui de votações, votei contra o aumento no ano passado, quando nós já abordamos esse assunto, e mantenho a coerência em outros pontos também, por exemplo, votei contra a presença de estagiários nos nossos gabinetes. Mantendo a coerência, eu não peguei estagiário depois, nem pedi, porque o discurso tem que ser o mesmo da prática. Também com relação à verba de gabinete, a mesma coisa, desde que retornei à Câmara de Vereadores, em abril de 2020, não gasto verba de gabinete, não acuso, não ataco quem gasta, acho que cada um pode fazer dentro do seu mandato a sua escolha, mas uso isso, sim, como bandeira para mostrar que é possível nós fazermos o mesmo trabalho, ou, muitas vezes, até melhor, do que aqueles que gastam verba para gasolina, verba para telefone, material de expediente e por aí vai.

Então falo aqui com a consciência muito tranquila de estar alinhado o discurso e a prática, coerência, e preocupado com esta aprovação porque nós não sabemos o impacto financeiro, correto, que ela terá na cidade de Porto Alegre e nos serviços públicos aos porto-alegrenses. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLL nº 195/23.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, público na assistência, nas galerias. É, realmente, não faz sentido nós votarmos o aumento do salário do prefeito, porque o que está por trás é o interesse de corporações, cujos lobistas eu respeito evidentemente, mas estão aqui pela Casa há vários dias, na CCJ, hoje no plenário, são castas privilegiadíssimas, funcionários que recebem R\$ 25 mil, R\$ 30 mil, R\$ 35 mil, estão num limbo jurídico, pois o STF já diz que é ilegal, mas esperam um suposto trânsito em julgado para poder, digamos assim, esquentar esta situação. Nós, do partido NOVO, não somos contra a funcionário público, nós não somos contra o aparato estatal, nós, do partido NOVO, somos contra o estado desnecessário, nós somos contra o inchaço da máquina pública, nós somos contra os salários nababescos que se pagam a algumas castas, enquanto outros funcionários, e a média é R\$ 3.000,00, acabam justamente recebendo muito menos. Nós, do NOVO, que queremos colaborar com a cidade mais que colaborar com o governo Melo, queremos colaborar com a cidade. E nós entendemos que, sim, atrair pessoas do mercado privado, ter condições atraentes para que venham profissionais qualificados, é uma causa justa e é por isso que nós colocamos uma emenda, agradecendo o apoio do Ver. Claudio Janta, que atende a esse pleito de atrair bons funcionários, ter um atrativo para que da iniciativa privada venham para a máquina pública ainda que o secretário precise ter o espírito público de serviço, mas que possa o poder público municipal atrair pessoas qualificadas com um salário melhor. Então gostaria de pedir o apoio a esta emenda, esta emenda contempla esse discurso. A não ser que esse aumento seja fachada, a não ser que esse aumento seja efetivamente para privilegiar aqueles que defendem juridicamente os procuradores e aqueles que cobram os fazendários, o que é respeitosamente a minha desconfiança. Então este é um

momento muito crítico para nós na cidade de Porto Alegre, estarmos votando um aumento de teto, e aqui não me comovo com as palavras do PT, do líder do PT, pois só em móveis do Alvorada, a “Esbanja”, quer dizer, a Janja já gastou milhares e milhares de reais. As diárias do Lula mundo afora mostram que ele gosta da pobreza para os outros, para ele explorar, mas que ele gosta é de muito conforto e de uma vida de nababo. Então não me comovo com o PT. O nosso motivo não é o mesmo. O partido NOVO quer votar contra o aumento do teto do Município e “sim” para o aumento de salário de secretários para que a gente possa atrair profissionais qualificados. Espero que este plenário não aprove o aumento do teto salarial para privilegiar quem já ganha muito dinheiro, e que possamos então aumentar os salários do secretariado para que os secretários que já estão recebendo o aumento e oportunamente e, derradeiramente, para concluir, Sr. Presidente, aqueles que forem trabalhar na máquina pública possam ser contemplados. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, deferido pela presidência, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 05 e 06 ao PLL nº 195/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Fran Rodrigues está com a palavra para discutir o PLL nº 195/23.

VEREADORA FRAN RODRIGUES (PSOL): Boa tarde aos vereadores da Casa, ao Presidente, aos trabalhadores do Município; subo a esta tribuna, inclusive, com adesivo do Simpa, que está reivindicando os seus direitos. Subo a esta tribuna muito tranquila, porque o PSOL é um partido coerente, um partido que está ao lado dos trabalhadores e, para nós, é muito tranquilo discutir esse tema e essa matéria. Digo isso, porque a gente, num dia como o de hoje, apesar de para alguns ser chuvisco o que está acontecendo lá fora, em muitas periferias

esse chuvisco já está afetando diversas famílias, e a gente está aqui debatendo o reajuste de um salário que já não é baixo, e digo isso porque eu li o projeto de lei antes que algum vereador ou vereadora diga: “Ah, mas o reajuste é para 2025...” Não importa! Trinta e quatro mil é dinheiro para caramba! Tem diversos trabalhadores aí que trabalham muito mais pesado. Eu sei que tem vereador aqui que trabalha pesado, que está nas comunidades, está debatendo nos setores dos trabalhos da nossa cidade, mas me desculpem, um prefeito ganhar um salário de R\$ 34 mil é basicamente um absurdo numa cidade em que o problema do transporte público não é resolvido; o problema das escolas, aí nós podemos debater, este não é o momento, mas vão vir CPIs aí para debater esse tema também. E nós temos o problema das comunidades que não está resolvido, e cada vez que nós fazemos pedido de providências há uma enrolação para que se tome algum tipo de medida, para que a gente resolva os problemas das nossas comunidades.

Subo aqui porque, lá na Câmara Federal, através dos nossos mandatos, Ver. Robaina, nós muito tranquilamente votamos contra o reajuste do salário dos deputados, do salário do presidente, porque a gente entende que essa não é a prioridade das casas legislativas, essa não é a prioridade da Câmara Municipal. Entendo que este é o espaço que debate essa matéria, mas entendo também que não é a prioridade para nós estarmos debatendo isso.

Eu, com muito orgulho, sou uma vereadora suplente, talvez eu não esteja aqui quando forem votar a licença-prêmio, mas sei que a nossa bancada combativa do PSOL vai estar aqui e vai votar pela permanência da licença-prêmio dos trabalhadores, porque esses trabalhadores são os trabalhadores que carregam a cidade de Porto Alegre nas costas, e não o prefeito da cidade. Não digo só o prefeito Melo, que é o atual prefeito, porque entendo que este é um projeto para 2025, mas nem o prefeito de 2025 tem que ganhar um salário de R\$ 34 mil. Eu pergunto para vocês: quem que vocês conhecem, ao redor de vocês, a não ser os políticos, óbvio, e me coloco dentro disso, que ganham um salário de R\$ 35 mil e ainda reclamam? Quem ganha um salário de R\$ 19 mil, que é a proposta que tem aqui também? São salários que nós, os nossos vizinhos não ganham,

e trabalham, com certeza, muito mais pesado. Então, nós, do PSOL, temos muito orgulho de estar do lado dos trabalhadores do Município e temos muito orgulho de votar contra este projeto que não é prioridade para a nossa cidade, que está cada vez mais sucateada, e eu duvido que lá em 2025 os nossos problemas vão estar resolvidos. Vamos juntos fazer essa reivindicação dos trabalhadores do Município, estamos juntos e contem com a bancada combativa do PSOL aqui na Câmara de Vereadores.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 195/23.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Caro Presidente Hamilton, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores; hoje pela manhã cumprimentei os novos vereadores que estão conosco e não cumprimentei a amiga Ver.^a Fran Rodrigues, por isso minha saudação, é bom revê-la aqui.

Nós vivemos hoje um momento delicado que deve preocupar e que é urgente, e nós precisamos hoje aqui votar com a responsabilidade que a nossa atribuição de vereador assim requer. O povo de Porto Alegre nos elegeu e quer o voto responsável. Ouvi e acompanhei calado uma série de manifestações. Nós estivemos ontem, o Presidente Hamilton, o Ver. Moisés Barboza e eu, numa reunião no Ministério Público com procurador-geral de justiça, o Dr. Alexandre Saltz. A decisão exarada pela justiça, recentemente, que torna inconstitucional a lei municipal do teto, traz uma preocupação enorme para o Ministério Público, para a justiça, para o Executivo municipal e deve trazer essa mesma preocupação para a Câmara, para nós, vereadores e vereadoras. Porque a partir do trânsito em julgado da decisão da justiça, o Ministério Público vai tomar uma decisão por dever, que é mandar, comandar, pedir a redução da remuneração de servidores públicos do Município de Porto Alegre. O Ministério Público sabe, senhoras e senhores, e nós também sabemos que a decisão judicial tornou a lei inconstitucional. Agora, a definição de redução de salário de servidor público

municipal também é inconstitucional, Ver.^a Cláudia. E se nós não aprovarmos o projeto hoje, aqui, Ver. Robaina, nós estamos deixando o Ministério Público forçosamente obrigado a tomar uma decisão inconstitucional. Servidores de Porto Alegre vão perder recursos, redução de salários bastante significativas, e as senhoras e os senhores não podem compreender que isso ficará assim, ou seja, esses servidores ingressarão na justiça e vão ganhar esta remuneração atual porque é inconstitucional reduzir salário. Portanto, aos pregadores da moral, da ética, do zelo pelos recursos públicos, prestem atenção: com a reprovação deste projeto, que é urgente, a Prefeitura perderá milhões de reais na justiça, por irresponsabilidade, por ignorância, porque muita gente diz, fala e requer - ignorância no sentido de não conhecer o serviço público, não conhecem -, portanto vêm pregar uma facilidade eleitoreira e extremamente simples. Dizer que R\$ 30 mil é salário demais para o setor público, quanto ganha o setor privado? Falar na média de R\$ 3 mil do setor privado chega a ser ridículo. E dizer que o salário do prefeito, de R\$ 20 mil, é demais? Em qualquer empresa com uma receita de R\$ 10 bilhões, seus comandantes vão ganhar bem mais de R\$ 100 mil. Aqui, R\$ 10 mil é demais, R\$ 20 mil é demais. É preciso aprovar hoje, porque, se não aprovarmos hoje, nós estamos causando um caos na Prefeitura, perda de dinheiro; aprovando, o Ministério Público terá a possibilidade de modular os efeitos da decisão judicial. Sem a aprovação desta lei, não haverá mais nada a fazer. Aquele abraço, vamos votar “sim” ao projeto e contra a emenda do Ver. Janta, porque ela é desnecessária, já é para 2025 a remuneração. Aquele abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 195/23.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores; em discussão, neste momento, o projeto de lei que visa a aumentar os ganhos do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários do Município de Porto Alegre.

Antes de comentar esse projeto, vou dialogar com meu colega Ver. Airo Ferronato, que se mostra bastante preocupado em relação a ações judiciais que possam implicar aumento de gastos para a Prefeitura. Eu gostaria de lembrar o Ver. Ferronato que já houve decisão judicial de que os recursos que estavam sendo percebidos por esses servidores a quem o senhor se refere não deveriam estar sendo pagos. Então, eu acredito que não vão mover ações judiciais para ampliar, para retornar os seus recursos, justamente porque já tem decisão e perderiam, e teriam que, talvez, retornar o dinheiro recebido anteriormente aos cofres da Prefeitura.

Vereador Airo Ferronato (PSB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu agradeço o aparte. Nós temos que compreender que essa remuneração que recebem hoje os servidores da Prefeitura – professores, engenheiros, advogados, médicos, Fazenda –, essa remuneração está sendo recebida de boa-fé. É isso que se está fazendo em Porto Alegre, e cortar recurso, cortar salários é algo que não é possível hoje. Aquele abraço.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Eu concordo plenamente contigo, Ferronato, mas acima do teto do prefeito é inconstitucional. Então, eu acredito que ninguém vá mover ações judiciais contra a Prefeitura. E aqueles que moverem, talvez, tenham que pagar o que receberam indevidamente, mas é só um destaque que eu faço aqui.

Bom, em relação ao aumento de salário do prefeito municipal, eu subo à tribuna para manifestar a minha total e completa discordância. Em especial, quero fazer um destaque: eu gostaria de ter a confiança que o prefeito Sebastião Melo tem de acreditar na sua reeleição para apoiar, movimentar sua base para aprovação. Muitos dizem que não é o prefeito que está querendo aumentar o seu salário, é só para o próximo mandato, mas isso demonstra a certeza de que será reeleito. E nós, como oposição, vamos apontar os problemas graves que esta gestão está trazendo para a cidade de Porto Alegre, e são muitos: na área da educação, tem duas CPIs abertas nesta Casa Legislativa para evidenciar esses problemas. O

que indica que o prefeito não está merecendo esse aumento substancial de mais de 62% na remuneração – não está merecendo! Com relação aos salários dos secretários, eu compreendo a argumentação contrária à minha posição de que, talvez, seja um salário baixo, que não atraia pessoas, mas ninguém é obrigado a assumir o cargo de secretário municipal. É questionado: quer se integrar, quer trabalhar pela cidade? A remuneração é essa. Aceita quem quer. Essa é a questão. E outra, eu sou favorável também a garantir que os profissionais tenham, no mínimo, a reposição inflacionária, por conta das perdas que sofreram dentro de um ano. Mas os municipais tiveram o congelamento dos seus salários e sequer tiveram a reposição inflacionária. E o prefeito acena com 5,7% de reajuste, esquece que em todo o período anterior de pandemia não houve reposição, e houve o confisco salarial, queda na qualidade de vida dos servidores desta cidade. E ainda apresenta a proposta de parcelar em cinco vezes esse reajuste, que é insignificante. Portanto, deixo aqui a minha indignação com relação ao tratamento dado à minha categoria, categoria municipal, e digo “não” ao reajuste do prefeito, do vice-prefeito e dos seus secretários. Ninguém é obrigado a prestar esse trabalho; se se dispõe, aceite o que a cidade de Porto Alegre tem a oferecer. Um grande abraço e obrigado pela atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 01 ao PLL nº 195/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 195/23.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Ouvimos algumas coisas aqui já da tribuna, tipo que nós temos que pensar no povo que nos elegeu. O povo que nos elegeu, principalmente o meu, está lá na periferia; o povo que me elegeu, quando

consegue um emprego, volto a dizer, ganha R\$ 2 mil, R\$ 2.500, por aí. Os abastados chegam a R\$ 4 mil. O povo que me elegeu está lá. Esse é o povo que me elegeu. Aí ouvimos aqui dizer que nós estamos gerando uma dívida para a Prefeitura! Mas a decisão encerrou no Supremo Tribunal Federal, o Ver. Pedro Ruas é um advogado, um excelente advogado trabalhista, pode me dizer que acabou. Encerrou. E tem que dar graças a Deus que não tem que devolver o dinheiro. Geralmente é assim, Ver. Pedro Ruas, quando tu recebes algo indevido, tens que devolver o dinheiro. Agora, dizer se diz muito aqui. Quando tem uma reintegração de posse de uma área de ocupação consolidada, e os grandes empreendimentos do achego achando um herdeiro mirabolante que surgiu, isso não aconteceu lá no Campo da Tuca: “apareceu um herdeiro. Olha só, depois de 80 anos da comunidade do Campo da Tuca apareceu um herdeiro”. E assim tem acontecido em alguns bairros de Porto Alegre. Tentaram isso na Bom Jesus, estão fazendo isso em outros lugares. E aí o que se ouve: decisão judicial não é para discutir; decisão judicial é para cumprir. O Supremo já decidiu essa matéria, e os auditores lá atrás, o problema é que eu tenho uma memória, não por causa do tamanho, mas eu tenho uma memória de elefante. Lá atrás nós falávamos a eles, não usem como referência a procuradoria. Não é porque a procuradoria... Não, a procuradoria é decisão do mesmo Supremo que diz que os auditores não podem receber esse absurdo. E aí diz que não é salário. O prefeito Melo, volto a dizer, diz que os projetos mais importantes são os fundos e a Defesa Civil. E aí nós estamos discutindo isso.

Entrou uma emenda agora, aumentando o salário do vice. O salário do vice vai passar para R\$ 23.480,00, quase 70% de aumento. E o dos vereadores, que também entrou uma emenda, vai ter um aumento de mais de 40%. Isso daria, só do Executivo, só dos auditores, para construir mais um centro de referência e diagnóstico do autismo, lá no Extremo-Sul, lá na Zona Sul, que precisa. Tem uma quantidade de mães lá que não consegue acesso às terapias para seus filhos. Isso daria para comprar 68 máquinas para a Defesa Civil, máquinas de extração de entulhos, de raízes, máquinas para melhorar os morros e 29 motosserras. A Prefeitura não precisaria mais estar fazendo pedido para a

população emprestar suas motosserras. Num momento em que nós estamos falando em calamidade. Nós poderíamos ter, anualmente, 11 grandes avenidas da nossa cidade sendo revitalizadas com esse dinheiro, asfalto novo, cordão de calçada nova, calçada nova também, e poderíamos arrumar 600 praças espalhadas pela cidade. É isso que estamos discutindo aqui. Não é o salário do prefeito, se fosse, nós já falamos aqui várias vezes que é justo. O prefeito da nossa cidade recebe um visitante aqui de outra cidade, um ministro, um outro prefeito, um secretário; o prefeito Sebastião Melo – e isso aconteceu com o Marchezan, isso aconteceu com o Fortunati, isso aconteceu com o Verle, isso aconteceu com o Olívio, com o Tarso Genro – tem que pagar do seu bolso. Mas, na cidade de Natal, resolveram isso para o prefeito. Na cidade de Natal, o prefeito ganha um abono – o que nós já defendemos aqui – que não vai para mais nada a não ser para as suas despesas pessoais, para essas questões, e é justo um chefe do poder público ganhar. Só que o teto em Natal é R\$ 20 mil, permaneceu o teto. Aqui, nós não estamos discutindo o salário do Sebastião Melo, aqui nós não estamos discutindo o salário do futuro prefeito. Ninguém está preocupado com quanto o prefeito ganha, ninguém está preocupado. Esses que estão aqui defendendo que tem que ter esse reajuste porque senão o Ministério Público... O Ministério Público não tem que fazer mais nada a não ser cumprir a decisão do Supremo. Já passa algum tempo, vários recursos foram tentados, e sequer resolveu o problema dos secretários, que realmente é merecido. Votem na nossa emenda; votem na nossa emenda, se querem resolver o problema real. E aí, o Ver. Ferronato diz assim: “Não, a emenda do Ver. Janta não precisa”. A minha emenda é simples e singela. Se aprovar o projeto... E o governo tem maioria hoje constituída para aprovar o projeto; nós estamos com três vereadores na UTI, entubados – se não estão aqui hoje, só podem estar entubados, porque pode votar *on-line* –, mas o governo pode aprovar o projeto. O que eu digo é que isso só vai valer como diz a lei, o salário do prefeito, o salário dos vereadores – porque tem uma emenda também aumentando o salário dos vereadores –, com exceção do salário dos secretários, isso só vai valer para 2025. A minha emenda diz que o teto só vai valer para 2025, mas não, não pode, nada pode que não seja o teto.

Nós propusemos, no final do ano passado, e eu assinei uma emenda com outros líderes aqui, um salário de R\$ 26 mil, e aí foi rejeitada, dizendo que nós, vereadores, não poderíamos ter feito a emenda. Estranho; agora, nós podemos. Nós teríamos resolvido no ano passado. Só que essa luta do teto vem há muito tempo, em todos os governos tem essa briga do teto. Eu me lembro muito bem de uma discussão acalorada entre o Ver. Cecchim e o Ver. Ferronato quando o Cecchim dizia que o Ferronato estava legislando em causa própria, porque ele está acima do teto, por ser um grande profissional do Estado, do Município, um professor estaria acima do teto. Então nós tamos discutindo isso há muito tempo, agora nós queremos saber qual é o salário de quem trabalha na saúde, qual é o salário de quem trabalha na educação, na Defesa Civil, na Guarda Municipal que é a ponta do Município, pois é lá que está o cidadão, é lá que está quem eu represento, lá está a pessoa que pega ônibus todo dia, que vai para fila da UPA, que vai para a fila da UBS, que tenta matricular o filho numa creche que não tem vaga, que tenta matricular o filho numa escola que não tem vaga. São essas pessoas que eu represento, e venho aqui de peito aberto dizer para eles que estarão muito bem representados neste Parlamento enquanto eu aqui estiver. Volto a afirmar: poderemos abrir mais um Certa na Zona Sul para atender as crianças autistas com esse valor. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente, eu queria reiterar, Presidente, eu estou muito preocupado porque eu tenho notícias de que as escolas tiveram as aulas suspensas. O prefeito autorizou a saída dos servidores municipais às 16 horas, e nós vamos seguir aqui debatendo o aumento de salário do prefeito, do vice, dos vereadores com a cidade nesse estado, jogo do Grêmio tendo sido suspenso e os funcionários da Câmara tendo que ficar aqui. Então que, pelo menos, fiquem os vereadores somente, porque senão é um desrespeito com os servidores também. O prefeito indicou que os servidores públicos municipais, em função desse perigo, podem voltar para casa, e a Câmara está funcionando como se não tivesse esse problema. É um apelo que eu faço, que a gente

suspenda aqui. Eu estou recebendo a informação de que o TJ também suspendeu. Que se convoque amanhã, então, os vereadores inclusive que não estão presentes podem vir amanhã, são três vereadores que estão ausentes por problemas de saúde, talvez amanhã eles estejam, e nós não estaremos com essa ameaça na cidade. Então é um apelo e um requerimento ao mesmo tempo. Eu acho que eu estou falando aqui em nome de toda a oposição, mas eu creio que também em nome da sensatez, nesse caso.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Agradeço a manifestação. A sessão segue, porém a gente vai ver com assessoria administrativa para ver a questão dos funcionários. Quem conhece a minha característica, sabe que por causa de chuva eu nunca cancelo evento; coordeno evento há mais de 20 anos, não cancelo evento por causa de chuva; quem não quer vir no evento, não venha, tem a sessão híbrida para trabalhar, tem vereadores que estão híbridos. Eu, da minha parte, não cancelo evento, a menos que os líderes queiram cancelar. É a minha característica, eu não cancelo. Respeito, entendo, é meritório, sou respeitoso quanto a isso, mas não vou cancelar o evento.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Eu quero reiterar o apelo, em nome dos funcionários da Câmara...

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Muito meritório, respeitosamente, sei que V. Exa. está com todo respeito apresentando a sua proposição, mas quem conhece a minha característica sabe que eu não cancelo evento em lugar nenhum, jamais, por causa de chuva.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente, só para ajudar o Ver. Robaina, que não me pediu ajuda. Essa explicação que o senhor deu a ele do remoto, pode votar remotamente, o Ver. Robaina está liberado para ir para casa e votar de lá, com toda garantia.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Todos vereadores que se sentirem prejudicados por causa do tempo, podem ir para casa.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Não, Presidente. Eu, na verdade, gostaria que a gente votasse esse requerimento. Eu não estou brincando com esse assunto. Se forem falar sobre vereadores em estado remoto, eu vou pedir os três vereadores que estão faltando hoje por problemas gravíssimos de saúde, porque parece que o governo não tinha os votos.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Ok. Perfeito. O Ver. Pedro Ruas solicita verificação de quórum, e respeito todas as manifestações, entendendo que os vereadores têm as suas justificativas de forma muito respeitosa.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Convido os vereadores da base que estão nos seus gabinetes que venham até o plenário para dar presença.

PRESIDENTE HAMILTON SOLSSMEIER (PTB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.
O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLL nº 195/23.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver. Hamilton, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão, nesta tarde, de modo especial os trabalhadores ligados à reciclagem, saudações; à questão da área da Cultura, até porque depois deste projeto de lei tem um outro muito polêmico que trata da retirada dos fundos que dá sustentabilidade, que dá vida a estes instrumentos que, por sua vez, são uma

extensão do serviço público que é a questão da reciclagem e da cultura e que infelizmente este governo copia uma ideia do governo anterior de extinguir os fundos e se apropriar da grana dos fundos para fazer outras atividades. Isso é lamentável. Se as coisas tivessem muito boas em Porto Alegre, nós poderíamos dizer que seria um pleito considerável aqui da base do governo, mas nós sabemos que um aumento de 62% onde dá a possibilidade de o prefeito municipal ter um salário de R\$ 34.900,00 para a próxima Legislatura, que não se sabe quem vai ser o prefeito; onde os secretários terão um salário de R\$ 19.987,50; onde o vice-prefeito também será contemplado com um salário de R\$ 19.987,50. Nós achamos, sim, Ver.^a Mari Pimentel, que é imoral, porque a dura realidade que nós estamos vivendo na cidade de Porto Alegre é que o governo anterior e este trabalham na ideia de dar um tratamento ao servidor público, que parte dele está aqui, o Simpa, teve uma proposta indecente de 5.97%, Ver.^a Biga Pereira, parcelado, 5,97%, e olha que o Simpa foi modesto pediu apenas 12% e o governo não reconhecendo o que os servidores público perderam no governo Marchezan que não teve sequer um real de aumento no governo anterior. Lamentavelmente o governo, com a sua base, dá um tratamento diferenciado onde o servidor público para ele não é importante, mas quando vem o ciclone é muito importante. Porque quem é que fica lá no posto de saúde, lá na escola, lá na assistência, lá no serviço público é o servidor público. Então, lamentavelmente, esta posição imoral, já pela 2ª ou 3ª vez, tentada neste governo e se perderem, virão outras porque este projeto de lei pode ser votado até junho, julho do próximo ano para valer para próxima Legislatura. Claro que tem outros projetos tramitando na Casa que poderiam ser votados após a eleição, Mari, para poder valer para a próxima legislatura, algo que o governo, enfim, a base descarta. Então nesse sentido, nós queremos dizer que está muito deslocada uma posição dessa natureza, porque somente obedecendo aqui o teto, aquilo que o Ver. Ferronato fala, recebendo, em tese, um apoio do próprio Ministério Público para legitimar o teto. Realmente vai ocasionar uma despesa astronômica no Município, inclusive, aqui na Casa. Nada contra o servidor que tem merecimento do teto, mas isso teria que ser previsto no nosso orçamento e

no orçamento municipal, algo que até então, me parece, que não está sendo calculado. Portanto nós temos segurança de que, neste momento, é impossível acompanhar a votação deste projeto de lei, e acompanho, com certeza, em nome do PT, o apoio e a votação contrária, pela oposição. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para discutir o PLL nº 195/23.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, colegas vereadores, Presidente Hamilton, público que nos acompanha pela TVCâmara; é triste ver que, de repente, o problema é que eu nasci mulher. É triste ver o ataque do líder do governo a esta vereadora; não ao meu trabalho, não à minha atuação, não aos meus princípios, não às minhas ideias, mas a quem eu sou. Primeiro que eu era a Mariana, que andava de *jet ski*, depois falou do meu pai, depois falou do meu marido, da minha vida pessoal.

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Perguntou a saúde do meu pai. Depois nós vemos ataques e ataques em cima do que deve ser o meu posicionamento, ou de onde eu venho, ou que eu não posso defender a pauta A ou pauta B. Parece-me que o líder do governo fala por muitas mulheres na sua vida, mas eu vou dizer aqui vocês não têm uma mulher coadjuvante. Tem uma mulher protagonista! Ao lado do meu pai, eu sempre estive, mas como protagonista. Ao lado do meu marido, sempre estive, como protagonista. Todos seus ganhos foram ao meu lado e comigo atuante e não sendo cerceada pela fala ou colocadas falas na minha boca por um homem. E por isso que eu trago, me parece que meu problema foi nascer mulher para o líder do governo, mas aqui nós temos uma mulher que não se acanha. Agora eu volto para a pauta, porque eu não vou ficar nessa demagogia, não vou acreditar que nós temos um

líder tão pequeno que, ao não ter princípios, molda a sua fala de acordo com as circunstâncias. O que eu tenho aqui é um projeto de lei que me parece, Ver. Claudio Janta, que está difícil votar a nossa emenda, pois o governo já tem os votos ou está difícil defender que o projeto, na verdade, é para aumentar o teto do prefeito. Nunca foi pela razão no qual nós vemos nas entrevistas; nas entrevistas: “Está difícil eu conseguir secretários qualificados”, mas nós temos uma emenda com a solução. Sempre dizem que nós debatemos e não trazemos a solução. A solução está aqui. Temos emendas boas neste plenário, mas me parece que a base não está vindo debater. Temos o PELO do Ver. Mauro Zacher que foi colocado pelo Ver. Márcio Bins Ely, que até agora não vi neste plenário debater. Vereador, se o PELO é tão importante para a nossa cidade, se precisamos de 24 votos para votar esse PELO, por que não vens aqui na tribuna defender que a votação pode ser ao longo do ano de 2024, e não precisa ser agora? E me parece que estão faltando atores nessa tribuna, porque estão vindo somente a oposição e algumas outras lideranças falar aqui sobre o projeto. Mas de uma coisa eu tenho certeza, esse projeto marcará a cidade, marcará a eleição na cidade. E nós reforçaremos com a votação desse projeto para cada cidadão da cidade, como cada um votou. Por isso eu gostaria de trazer aqui a importância desse debate não ser sobre uma pessoa, não ser se a Mari Pimentel anda de lancha, de avião, porque todos meus bens estão declarados quando eu concorri a vereadora. A Secretaria da Fazenda já fiscalizou os meus negócios. Então, pessoal, a minha vida é uma página aberta para todos e, principalmente, para a liderança do governo, e se eu nasci uma mulher, eu nasci uma mulher protagonista, não coadjuvante, como, de repente, o governo está acostumado a ter a seu lado, mas aqui nós temos uma mulher independente, com valores, princípios, que entrou na política para fazer a diferença. Muito obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

Vereador Tiago Albrecht (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

Vereador Jonas Reis (PT): Bem na minha fala, quer me atrapalhar!

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Solicito abertura do painel eletrônico para a verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Tiago Albrecht. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 195/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, já que o governo não tem capacidade para justificar esse projeto, eu quero ajudar. Vamos colocar a primeira imagem. (Mostra imagem.) Primeiro esse barquinho, que é a inovação. A gente acha que o prefeito não merece aumento, que ele não merece ter esse direito a aumentar apenas R\$ 14 mil o seu salário. Muita gente acha que ele não merece.

Eu estou tentando mostrar, e vamos ver se vamos conseguir, se já não bastasse o Ver. Tiago, agora a tecnologia pregando essa peça; vamos aguardar, segure meu tempo, Presidente, por favor, está correndo o tempo, e a culpa não é minha. (Pausa.) Chegamos à grande justificativa que faltava para o aumento ao prefeito Melo, em tempos de ciclone, com apenas 11 pessoas na Defesa Civil, ele vai lançar hoje a inovação para uma cidade que alaga, a inovação no transporte, ele vai jogar por aí esse barquinho e vai ver se flutua, na cidade todo mundo irá e vir. Essa é a ajuda que o senhor precisava, Ver. Cecchim, aqui, essa é a ajuda que o senhor clamava pra justificar 62% de aumento para o prefeito inovador nos transportes. Pode passar, por favor. Aqui eu quero lembrar o que aconteceu em 2019 com o prefeito Maneco, do Partido dos Trabalhadores, lá em Taquari, ele vetou o aumento, ele vetou. A Câmara votou para aumentar salário do prefeito, dos CCS, dos vereadores, ele vetou e mandou todo dinheiro diretamente para o hospital da cidade. Sigam o exemplo do Maneco. Pode passar. Aqui é onde a gente está precisando uma obra, no HPS a gente precisa há muito tempo de condições de trabalho para os pacientes. Chove na cabeça, olhem ali o balde. Essa é a questão. É isso, má gestão. Pode passar mais um PowerPoint. Esta é a situação que a gente encontra, infelizmente, a educação da capital. Nós temos

hoje só na rede elétrica, gente, mais de 70 % das escolas precisam de reforma na rede elétrica. Foram comprados os Chromebooks, porém a rede elétrica não suporta. É preciso a reforma na rede elétrica das escolas para essa tecnologia dos R\$ 110 milhões de compra sem licitação ser, de fato, utilizada pedagogicamente, mas nem o serviço de pátio eles consegue fazer. Pode passar. Aí vocês vejam a quadra de esporte de escola municipal onde não se pode ter o direito à educação física. Quer dizer, o filho do trabalhador, do mais pobre não tem direito a uma escola qualificada. Dez escolas com problema de caixa d'água, por isso que troca, troca de secretário, mas eles não se comprometem a trabalhar, e aí querem aumentar o salário desses secretários. Veja isso: acessibilidade em escola não existe. É por isso que este prefeito não merece, olhe só: matagal toma conta das instituições. Aí eu quero mostrar, é o banheiro da Escola Dolores, na Restinga. No banheiro, não se consegue dar descarga. Se o prefeito não consegue nem garantir a descarga nas escolas, imagina que vai ganhar aumento! Que competência é essa, se a gente não pode nem apertar o botão da descarga nos espaços da Prefeitura? Não pode! Então é assim que ele quer aumento, obstruindo as descargas das escolas pela sua incompetência? Prefeito, por favor, primeiro, trabalho; primeiro, consertar as escolas, trabalhar. A merenda, tem dias que não chega proteína nas escolas, é meio ovo para as crianças da educação infantil. Não dá! Se o prefeito tivesse a mil por hora, mas ele está devagar, ele está paquiderme, ele está igual a uma tartaruga, devagar. Não dá, prefeito, se o senhor acelerar, se o senhor realmente fizer acontecer na cidade, eu sou um que apoiarei as mudanças pecuniárias dos políticos. Por enquanto, neste momento, diante destas fotografias, não poderão contar com meu voto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLL nº 195/23.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente; esta sessão vai ser uma sessão que vai ficar na história, na triste história deste Legislativo. Uma sessão em que os vereadores da base do governo trabalharam, se esforçaram para aumentar os privilégios do seu prefeito. Como se não bastasse, o vice-prefeito reclamou que não estava incluído, aí fizeram uma emenda para aumentar também o salário do vice-prefeito. E parece que tem também uma emenda para aumentar o salário dos vereadores. Nós vamos ficar aqui resistindo, vamos intervir. Aliás, chama a atenção que os vereadores da base do governo não usam a tribuna, não argumentam, querem só exercer sua maioria. Como eles não têm uma maioria consolidada, parece que nós tivemos vereadores que resolveram, no dia de hoje, não trabalhar, ficaram doentes, segundo o líder Cecchim, três adoeceram. Hoje três adoeceram, segundo a informação do líder Cecchim. Ao mesmo tempo, não puderam participar, sequer, da parte *on-line*. Eu acho que um aumento de 62%, os vereadores da base do governo não usam a tribuna, com exceção do líder Cecchim, porque justamente não é fácil fazer isso, eles preferem votar, de preferência, escondidos, sem dar a cara para bater, porque a população é contra a esse aumento, é contra esse reajuste. Então a Câmara dos Vereadores está legislando contra os interesses do povo, contra a posição do povo, 62%. Não tiveram nem a coragem de argumentar que os salários dos secretários são baixos. Então, realmente, em momentos como este, nós temos uma situação triste na Câmara: uma cidade abandonada, os vereadores da base do governo trabalhando para aumentar os privilégios. Enquanto isso, eu estive ontem na Lomba do Pinheiro, onde centenas de pessoas estão lutando pelo direito à moradia. Nenhum vereador da base do governo ajudando o povo. Eu estive no Instituto de Cardiologia, onde os funcionários da saúde estão sem os seus salários, sem o pagamento dos seus salários. O Instituto de Cardiologia que tem a obrigação de ser, pelo menos, fiscalizado pelo governo municipal, porque é o município o responsável pela gestão das verbas e da administração dos hospitais, nesse caso um hospital privado, que, desde 2017, tem rombo. E esse rombo agora chegou ao ponto de que os salários não são pagos. E os vereadores da base do governo, o único

esforço que fazem é ficar aqui votando o aumento do salário do prefeito e tentando, quem sabe, na carona, o aumento dos seus próprios salários. Enquanto isso, já foi dito, os trabalhadores da saúde, os trabalhadores da educação, os trabalhadores da assistência social, os trabalhadores do Município estão há sete anos sem reposição. E agora, uma proposta de reposição de 5%, parcelada em três meses. Então, eu considero um desrespeito enorme o que esta Câmara de Vereadores está fazendo no dia de hoje. Vai entrar na história. Esta Câmara terá, sim, a sua história contada, alguma vez, de modo completo. Foi esta Câmara, com maioria bolsonarista, uma mistura de Lira do Centrão com bolsonarismo, foi a mesma Câmara que aprovou uma moção de repúdio contra o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. E esta Câmara, se votar esse reajuste, se votar esse privilégio, vai estar mais uma vez demonstrando que está legislando contra os interesses da população de Porto Alegre. Isso vai ser pago. Em algum momento, a população vai cobrar. E numa sessão como a de hoje, nós vamos mostrar que, enquanto a cidade estava sob ameaça, a maior parte dos vereadores estava votando o aumento dos seus privilégios e dos privilégios do seu governo; governo esse que abandona a cidade. Isso será cobrado, e nós não vamos deixar que esse dia seja esquecido. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLL nº 195/23.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente Ver. Hamilton Sossmeier; vereadoras e vereadores, público que nos dá a honra da presença no dia de hoje, com as suas plaquinhas, o João levantou agora ali; saúdo as pessoas que assistem pela TVCâmara também. O que nós temos, neste momento? Na verdade, é uma circunstância bastante atípica, singular neste Legislativo, porque não é todo dia - há pouco o Ver. Comassetto me mostrava a previsão do tempo -, não é todo dia que se vota com um ciclone na cidade. Não é todo dia, é uma situação singular nesse aspecto. Porém há um agravante

nessa singularidade, ou atipicidade, como nós gostamos, é uma votação atípica, por quê? Porque estamos votando algo absolutamente contrário aos interesses do povo. Alguém poderia me dizer: “Não, mas não está prejudicando o povo”. Talvez o valor em si não, talvez, mas o que nós estamos votando é de uma irrelevância para tão brutal, tão chocante que, num dia de ciclone, Robaina, chega a ser um acinte. O nosso povo, eu espero que não ocorra nada, eu espero que não haja feridos, que não haja nada, mas há teoricamente o risco. E nesse dia do risco, e o risco é inegável, quem assiste televisão, ouve o rádio, lê jornal sabe que o risco foi anunciado. Podem não acreditar no risco, é um direito, mas pode ser que o risco seja real. Mas no dia do risco, do ciclone, nós estamos votando... Votamos de manhã o aumento emergencial dos servidores, para atender as demandas de necessidade do povo. Correto, está certo. Mas votar agora, durante essa situação climática complicada, complexa, talvez de grande risco, o aumento do salário do prefeito, do vice-prefeito! Aliás, mudou agora, aumentou um pouco o do vice, mudou o valor. Votar agora o aumento do salário dos secretários do Município da capital, neste momento, se poderíamos votar amanhã, poderíamos ter votado segunda-feira passada, podemos votar em agosto, mas no dia do ciclone? Parece um acinte. Isso é chocante nesse aspecto. Eu tenho sete mandatos, eu sei que isso fica marcado de fato, porque nós não sabemos o que vai acontecer. Até sabemos um pouco o que vai ocorrer aqui dentro, mas o que está acontecendo lá fora nós não sabemos. O que vai acontecer nós sabemos, mas sabemos que o que acontecer aqui vai ter um contraste brutal com o que está lá fora. Tomara que não ocorra nada de ruim. Só a notícia do que vai acontecer aqui já é suficientemente ruim. Tomara que não se junte a qualquer consequência desse ciclone. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Conforme solicitação de alguns vereadores, consultamos a administração, e os servidores que não estão envolvidos na organização e na execução da sessão ordinária de hoje estarão dispensados às 16h30min.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Eu queria agradecer, Presidente, a liberação de servidores. Eu acho que essa solicitação é pertinente, e a sua sensibilidade necessária. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Não havendo mais inscritos para discutir a matéria, passo ao diretor legislativo.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, deferido pela presidência, solicitando retirada do destaque das Emendas nºs 05 e 06 ao PLL nº 195/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 195/23. (Pausa.) A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, Presidente Hamilton Sossmeier, colegas vereadores, obrigada pela oportunidade de estar discutindo este projeto. Estar discutindo já é algo importante para este Parlamento que está acostumado a votar a toque de caixa. Na verdade até não ouvi a opinião de muitos vereadores sobre o projeto. O Ver. Pablo Melo me olha aqui, não sei se vai votar sim ou não; temos outros vereadores que não manifestaram sua opinião sobre o projeto, sobre o impacto econômico, não debateram a sua opinião. Eu, vereadora de primeiro mandato, até acho que muitas pessoas já vêm aqui para o plenário sabendo como vão votar, sem discussão. E essa discussão, na verdade, a gente só está fazendo para as pessoas nos olharem na TV. Mas eu ainda acredito numa política séria, e por isso eu encaminho a emenda acertada do Ver. Claudio Janta, uma emenda que coloca o impacto econômico desse aumento do teto que, pelo jeito, o governo tem os votos, porque a base do governo não vem discutir o projeto. Parece-me que, como tem o voto, eles não têm interesse em debater conosco as nossas dúvidas, porque temos dúvidas,

Ver. Pedro Ruas, como o impacto econômico que até hoje não foi oficializado. Tem pessoas da imprensa que falam que são R\$ 40 milhões; o meu gabinete chegou a R\$ 30 milhões. Qual é o valor? Eu gostaria que a liderança do governo trouxesse esse impacto. Mas esse Parlamento não gosta de debater o projeto. Então nós vamos debater a emenda que está muito bem feita pelo Ver. Claudio Janta, que limita então, para quem nos acompanha, o aumento do subsídio do prefeito e o impacto aos fazendários para 2025, deixando a nossa capital, eu espero, respirar por um ano, pois já temos uma liminar do STF para não pagar esse valor que é pago hoje à Secretaria da Fazenda, um salário acima do prefeito. Está sendo pago de maneira errada, e mesmo assim está sendo pago. Eu imagino que com essa emenda aprovada, muito importante, do Ver. Claudio Janta, a Prefeitura pelo menos pare de pagar. Porque a grande questão, Ver. Pedro Ruas, que me acompanha, e eu acho que os outros vereadores que me acompanham não têm as informações que eu tenho, nós vamos virar escravos e reféns dessa votação de hoje. Eu espero me reeleger, espero estar aqui outra vez, mas nós votaremos de novo isso, porque na Fazenda tem servidores que ganham R\$ 60 mil, e nós estaremos aprovando R\$ 36 mil; logo mais, nós vamos estar votando R\$ 45 mil, e depois R\$ 55 mil, e depois R\$ 60 mil, e vai ser eterno. Nós viraremos reféns de uma política de um setor da Prefeitura no dia de hoje; os vereadores que apertarem o “sim” estarão reféns a logo mais darem R\$ 45 mil – porque R\$ 36 mil é pouco –, sem embasamento de dados, com uma votação toma lá dá cá, me parece, porque ninguém vem debater o assunto ou trazer dados e informações. O que a gente vê é que nós vamos virar reféns de toda solicitação da Secretaria da Fazenda, que para alguns servidores é o seu salário de R\$ 60 mil. E não são os R\$ 36. Então vereadores, eu espero que isso seja estancado e que a gente comece a ter posicionamento, no mínimo, orçamentário, para depois começar a debater o mérito.

Por enquanto, vereador, eu encaminho voto favorável à emenda do Ver. Janta e eu espero, sinceramente, que a partir da votação dessa emenda, a Prefeitura pare de pagar acima do teto. E que a gente tenha um fôlego nas finanças

públicas e esse dinheiro seja revertido a políticas públicas de verdade para quem precisa. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 195/23.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Colegas vereadores, chegamos ao momento da verdade. Esse reajuste, esse aumento é para recompor os salários defasados do secretário e do prefeito - isso é real. Dos secretários é automático agora, tem até uma emenda que fizemos juntos, eu, a Ver.^a Mari e mais alguns aqui, prevendo até o reajuste que terá anual até a próxima legislatura, o próximo ano. Chegou a hora da verdade, se esse desejo desse aumento este ano, não o ano que vem, ou não aprovar o projeto do Ver. Mauro Zacher, é para resolver o problema do secretário e não para instituir, Ver. Ferronato, uma dúvida jurídica, na questão, se aprova essa emenda porque ela é bem clara: valerá como teto no Município de Porto Alegre a partir de 01 de janeiro de 2025. Fora disso nós vamos deixar um roubo jurídico, porque a lei continua sendo a mesma. O teto do salário é o salário do prefeito. O prefeito Sebastião Melo vai continuar recebendo lá os seus R\$ 19 mil, se eu não me engano, até o final do ano, até dezembro do ano que vem. Nós temos certeza absoluta que, após a aprovação deste projeto, se não tiver esta emenda sancionada pelo prefeito, teremos ações na justiça. Qualquer juiz poderá deferir o pagamento, e cabe à Prefeitura recorrer, à Procuradoria recorrer, e nós teremos um imbróglio jurídico por mais um ano e meio, dívidas por mais um ano e meio, de um recurso, este valor, que poderia imediatamente neste período ajudar 22 instituições de assistências sociais que cuidam de criança e adolescente, como o Clube de Mães da comunidade Mário Quintana. Este recurso poderia destinar 210 mil para melhorar espaços como o Educandário São João Batista, que visitei algumas vezes e só tem um convênio com a FASC, o único convênio que tem o Educandário, não tem com a saúde, não tem com a assistência social. E com esses valores poderíamos pagar uma

reivindicação de todas as bancadas aqui, 300 monitores para colocar nas escolas públicas do Município para acompanhar as crianças especiais, principalmente as crianças autistas. Hora da verdade, se é para corrigir o salário do prefeito, se é para dar o salário para os secretários, chegou o momento de votar “sim” à Emenda nº 01, que dá garantia jurídica ao projeto, que dá garantia jurídica à Prefeitura, que não vai gerar dívidas, não vai gerar processos administrativos contra a Prefeitura. A Emenda nº 01 resolve um pouco o projeto, realmente, daí nós estaremos cumprindo, aprovando a Emenda nº 01, o que dissemos aqui no plenário que este salário, Ver. Moisés Barbosa, é para o próximo prefeito. Este salário é para corrigir a defasagem que tem no salário do prefeito, isso é verdade, porque se o prefeito tivesse recebido o aumento que recebem os municipais, que recebe a categoria, o prefeito hoje provavelmente estaria com salário de R\$ 32 mil, R\$ 33 mil, mas não, a casta sempre olhou somente para o seu umbigo, não olhou para os demais servidores, não olhou para os trabalhadores da assistência social, não olhou para os trabalhadores da saúde, não olhou para os trabalhadores da educação, não olhou para os trabalhadores da segurança pública, não olhou para os trabalhadores da Defesa Civil que hoje estão aí apreensivos com essas chuvas. Então nós viemos aqui encaminhar que seja aprovada a Emenda nº 01, que aí permite cumprir o intuito do projeto na sua constituição, que é um aumento para o prefeito e o vice em 2025. Isso permite que seja cumprido, porque com o salário de secretários, eles não vão entrar na justiça, porque a lei é clara. A referência para o pagamento do teto é o salário do prefeito que começa a vigorar em 2025, então a Emenda nº 01 deixa isso bem claro e bem limpo para não ter dupla interpretação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente Hamilton, apenas um pedido de esclarecimento, porque eu vi que, no grupo dos vereadores, o senhor tem acesso, o Ver. Ramiro Rosário está informando que não dá para entender o que estão falando na tribuna pelo Zoom.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Então é só ele sair do gabinete e vir para o plenário que não tem problema nenhum.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Mas os vereadores que estão em *on-line* ...

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): É só vir para o plenário.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Mas há esse problema técnico?

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Não, aqui, internamente, não tem.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Não há?

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Não há problema.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Está bem.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): As assessorias que estão no Zoom foram consultadas e está tendo retorno.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Está funcionando bem? Então, Ver. Ramiro Rosário, eu queria...

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É que o sistema está funcionando, e a responsabilidade pela recepção é do equipamento do vereador.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Ok, obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 195/23.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra da presença; quando o Ver. Claudio Janta coloca, Ver. Alex Fraga, Ver.^a Fran Rodrigues, que me ouve com atenção dobrada, que esta é a hora da verdade, o que traz esse conceito de hora da verdade? E eu digo aqui, João Ezequiel, Cindi, dirigentes do Simpa, eu digo isso com o maior respeito ao meu amigo Jonny, que é meu amigo. O Ver. Janta coloca o seguinte, coloca o tema, é que nós temos que votar, nós temos o direito e a obrigação de votarmos. Obrigação, direito. O Ver. Nereu D'Avila, amigo de tantos anos, sabe disso muito melhor, mas nós temos que saber o que votamos e por que votamos. É isso que o Ver. Janta, e aí me corrige se eu tiver enganado, chama de a hora da verdade. Por quê? Porque a emenda, Robaina, a Emenda nº 01 joga para 2025 a referência salarial que é paradigma para teto salarial. Ele é o limite. Bem, se joga pra 2025, Ver. Oliboni, nós temos a seguinte circunstância: digamos que passe hoje o projeto; se passar a emenda do Ver. Janta, que é importante, como diz a Ver.^a Mari Pimentel, dá um fôlego à cidade de mais de um ano; um ano e meio. Esta referência de teto para os servidores, que mais recebem, só valerá em 2025. Ou seja, o teto antes, que é 2023 e 2024, Ver. Paulo Brum, fica sendo o salário do prefeito como é hoje, R\$ 19 mil e alguma coisa. Esse é o salário do prefeito. Então, se a Emenda nº 01 passar, e é importante que passe, nós restabeleceremos de fato a efetiva, a real discussão do Plenário. E a discussão do Plenário não é o salário do prefeito, não é dos secretários, não é dos vereadores; isso é pra 2025. É a referência de teto das servidoras e servidores. Essa é a discussão real. Essa é a necessidade que temos de debater com a verdade, porque essa é a verdade. E eu digo isso com o maior respeito aos servidores que estão no teto, mas é a verdade, Ver. Tiago, é isso que nós tamos debatendo. Disse sua líder: "Um fôlego de um ano e meio

para a cidade”. É isso que o Ver. Janta nos propõe, nos possibilita, o fôlego de um ano e meio para a cidade. Não houvesse essa questão, reflitam, e aqui concluo Presidente, reflitam, não houvesse a questão cascata ou a questão repercussão, provavelmente este projeto seria aprovado até com muitos dos votos da oposição. A questão mais complexa é que justamente não está sendo falada a verdade do objetivo efetivo do projeto. E aí vem a emenda e estabelece; bem, então vamos discutir em cima da verdade. É isso que o projeto quer, é isso que os vereadores vão votar contra ou a favor. Concluo, Presidente, dizendo o seguinte: o nosso encaminhamento é pela aprovação da emenda do Ver. Claudio Janta, que, de fato, restabelece a verdade na discussão do que queremos aqui, não impede, contudo, a emenda – e nada pode fazê-lo – , que essa votação fique deslocada no tempo em relação ao dia de hoje, dia em que vivemos. Obrigado. (Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 195/23, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Hamilton, eu vejo que os vereadores e as vereadoras da base do governo não estão interessados em debater. Nós estamos há horas aqui debatendo, e os vereadores do governo... A exceção é o líder Cecchim, que é o único que usa a palavra para defender as posições do governo. Eu, de fato, trato de fazer o máximo de esforço para obstruir esse debate, para obstruir, para evitar que ele seja desenvolvido hoje, porque, quem sabe amanhã ou no próximo semestre, os vereadores da base do governo se animem a defender suas ideias na tribuna, porque hoje eles não estão animados para nada, não falam, não argumentam, não defendem suas ideias. Talvez não tenham coragem de expor suas ideias da tribuna porque fica gravado, fica registrado. Eu confesso que nós vamos votar a favor dessa emenda, embora eu saiba que a legislação já determina que o salário do prefeito seja o salário que estabelece o teto, então isso já está garantido pela legislação

vigente. Portanto, disse muito bem o Ver. Alex numa intervenção sua, hoje, quando há um recebimento acima do salário do prefeito, já é algo inconstitucional. Então isso já está garantido, a emenda, de uma certa forma, reforça essa ideia, que é uma ideia constitucional, razão pela qual nós vamos aprová-la, mas é importante que a gente registre que o grande debate hoje, embora muitas vezes se utilize essa questão da necessidade de uma remuneração maior para os procuradores, para os auditores, o fundo do problema é que os políticos querem – esse é o meu convencimento – pegar carona nos auditores e nos procuradores, essa é minha tese. Então querem pegar carona e querem aumentar, aí sim utilizam uma suposta necessidade de um salário mais elevado para auditores e para procuradores, para que o prefeito tenha um maior salário, para que o vice tenha o maior salário, para que os secretários e até - nós estamos a ponto, eu acho que foi apresentada essa emenda - que os vereadores aumentem seus salários. Então eu creio que o debate que nós estamos fazendo é um debate de combate, sim, aos privilégios, porque é disso que se trata. Nós estamos numa situação em que a cidade está abandonada e, no momento em que a cidade está abandonada, a Câmara de Vereadores insiste em reproduzir privilégios. É disso que nós estamos tratando. Eu acho grave, porque simbolicamente, eu não vou aqui ficar discutindo os padrões salariais. O Ver. Cecchim tem o direito de achar que o salário de R\$ 19 mil é um salário pequeno, é o seu direito, mas a população certamente não considera que o salário de R\$ 17 mil dos vereadores é um salário baixo. A população certamente não considera adequado que o prefeito da cidade receba quase R\$ 40 mil. E eu creio que a Câmara de Vereadores deve levar isso em conta. É por isso que nós estamos sistematicamente apelando para que a Câmara vote contra este reajuste, e, no caso específico da emenda do Ver. Janta que reforça o que é constitucional que também vote a favor, porque, afinal de contas, é uma emenda que reforça o que a lei já determina. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 195/23.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu recebi uma tabela aqui interessante. Se o prefeito de Porto Alegre tivesse recebido todos os reajustes que os funcionários receberam desde 1999 até hoje, o prefeito estaria recebendo hoje R\$ 35.075,98. Só pra deixar claro aqui. O prefeito de Porto Alegre está em 47º lugar no Rio Grande do Sul no salário, mas nós não estamos discutindo só o salário do prefeito, nós estamos discutindo algumas incoerências, e vou dar uma delas. O Ver. Robaina – Ver. Nereu D’Avila, me dá uma alegria vê-lo aqui –, por exemplo, foi contra receber o aumento do salário no ano passado, ele e a Ver.^a Mari Pimentel também, mas recebeu e não devolveu. E a estapafúrdia desculpa da Mariana Pimentel: “Ah, nós já descontamos o imposto de renda, por isso não devolvemos”. Mas tem absurdo maior do que isso, de quem não quer devolver? Tem? Não tem. O Ver. Robaina não queria estagiário para ele, votou contra. Ato seguinte, ele solicita estagiário para o gabinete dele e para a liderança também. Aqui nesta tribuna, se fazem tantas coisas assim, atiradas ao ar. Para responder por que a base não vem para a tribuna discutir, é porque é sempre a mesma coisa, Ver. Robaina, sempre a mesma coisa. Então nós vamos ouvir a oposição. É aquele violino trancado, sabe? O violino trancado, trancado, trancado, toca sempre a mesma música. O que eu chego à conclusão, Ver. Robaina, desculpe pegar o senhor, mas vale para todos os que tocam aqui, o quero-quero... O que é que o quero-quero faz para salvar seu ninho? Ele põe o ovo aqui e canta lá na outra colina. É isso que o Ver. Robaina está fazendo, distorcendo as coisa para cá, porque ele quer chegar lá no outro. Ele tem razão, ele é um homem de oposição. Eu disse hoje para um vereador que nos visitou que o Ver. Robaina poderia fazer cinema, porque ele tem enredo e faz isso muito bem. Eu respeito políticos que têm enredo e que dizem coisa com coisa, mas ele está na função de líder da oposição. Por isso eu respeito cada palavra que V. Exa. produz aqui, eu não

contesto as suas palavras, o seu discurso, porque V. Exa. representa dez vereadores, é o líder da oposição. Um líder que eu tenho muito orgulho de ser seu, não oponente, mas o do outro lado. Nós fizemos debates políticos, e isso me agrada. Mas eu quero dizer que a base está pronta para votar e não tem pressa de ir embora. Nós somos muitos gremistas aqui, Pedro Ruas, mas, se for preciso não assistir e não escutar o jogo do Grêmio, nós vamos fazer isso para votar e nós vamos votar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 195/23.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Prezados colegas vereadores e vereadoras, prezados participantes aqui do plenário e todos que nos acompanham pela TVCâmara, quero agradecer aqui o líder Jonas. Dizer que votaremos aqui, o PT votará favoravelmente à emenda do Ver. Claudio Janta. Mas eu quero aqui fazer dois preâmbulos antes. O primeiro direcionado aqui ao Presidente e a todos colegas vereadores. Eu creio que o tema do ciclone que foi trazido aqui... Não é blefe, e vou repetir uma frase que disse aqui o colega Pedro Ruas. Todos aqui assistiram aquele filme Tubarão, não é? Ninguém acreditava que o tubarão estava chegando. Está acontecendo exatamente isso, acabou, neste momento, um avião saindo da pista em Florianópolis, em função do ciclone.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Ontem, sim, o anúncio que está chegando aqui. Eu estou preocupado, sim, com o tema do ciclone, não é uma questão menor, Presidente. Só quero registrar. Inclusive, poderíamos votar este projeto e suspender a sessão. O que está em debate aqui? São dois pesos e

dois valores. Nós estamos votando aqui um reajuste que é para uma categoria, que é para uma classe dirigente da Prefeitura, e não está em discussão se o prefeito ou secretário merecem ganhar mais ou não. O que está em discussão aqui é que nós acentuamos, cada vez mais, a diferença entre os que ganham mais e o que os ganham menos. Por que não se faz um plano de carreira para atingir todos os funcionários, e que estabeleça o teto para acabar com esse *lobby* que nós sofremos todos os dias, do setor A, B ou C, por querer aumentar o seu e esquecem do restante. Um dos próximos projetos que está colocado aqui é para acabar com os recursos dos fundos. O que são os fundos? Os fundos para os catadores, os fundos para a cultura, os fundos para o meio ambiente. Então, são dois pesos e duas medidas. Não! Nós não podemos estar tratando dessa maneira, Ver. Cecchim; nós somos parceiros para construir um plano estratégico para a cidade e para o funcionalismo público. Não da diminuição, cada vez maior dos funcionários públicos e um esvaziamento da estrutura do funcionalismo público municipal. Então, quero aqui fazer um desafio, e o Ver. Claudio Janta nos garante que a emenda trazida aqui, conversava com ele há poucos minutos, remete esse teto só para a partir de 2025. Nesse sentido, votaremos favoravelmente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 195/23.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente, colegas vereadores e vereadoras. Parece-me que a tarde de hoje nos permite a oportunidade de, exaustivamente, debater o que nós queremos para a nossa cidade, para o futuro de Porto Alegre. Porque é impossível que nós pensemos a nossa cidade, o seu futuro, sem que nós discutamos o papel dos servidores e das servidoras públicas municipais. E eu aqui encaminho, em nome da bancada do PCdoB, favoravelmente à emenda protocolada pelo Ver. Claudio Janta

porque essa emenda garante que Porto Alegre tenha tempo da discussão. Tempo da discussão pra reparar uma contradição; uma contradição que me parece permear todas as discussões da tarde de hoje. Eu ouvi atentamente uma série de manifestações do prefeito da cidade em que fez a defesa do aumento do teto do funcionalismo municipal. O aumento do teto seria importante para disputar os melhores servidores com a iniciativa privada, com outros Estados do País. Um raciocínio perfeitamente compreensível na minha interpretação, mas eu começo aqui falando sobre as contradições, porque o que nós, da bancada do PCdoB e da bancada da oposição, não aceitamos é que esse raciocínio valha para algumas categorias e não valha para o conjunto. Nós não podemos de um lado precarizar a atuação de parte do funcionalismo municipal, acabar com o plano de carreira, como foi feito significativamente ao longo do governo Marchezan. Volto a dizer, está nesta Casa em andamento um debate que acaba com a licença-prêmio, que são símbolos de um ataque à parcela majoritária e expressiva do funcionalismo. Para acabar com a licença-prêmio, volta e meia, se diz: “A iniciativa privada não concede”. Pois bem, na iniciativa privada, tem FGTS, os nossos servidores municipais não têm. E depois, aqui nesta mesma Casa, inclusive na Comissão de Educação, não se entende por que nós temos cada vez menos inscritos e inscritas nos concursos da Prefeitura. Dia desses, representantes da própria Secretaria de Educação lamentavam a baixa inscrição no concurso da SMED. Mas a questão é que nós temos perdido professores e professoras até mesmo para os municípios da Região Metropolitana, porque essa já foi uma carreira valorizada, com salários destacados comparados não só à Região Metropolitana, mas ao Brasil inteiro, o que a gente tem visto é que as carreiras do Município, inclusive de professores e professoras, têm se tornado cada vez menos vantajosas e os direitos são tratados como privilégios. E isso, para a gente, é inaceitável. Por essa razão, por não aceitar essas contradições, por ter um só discurso em defesa de todo funcionalismo municipal, nós encaminhamos favoráveis a essa emenda, justamente para que ela nos dê tempo para defender os servidores públicos municipais no conjunto, aqui na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal a Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 195/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)
REJEITADA por 15 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

Vereadora Mari Pimentel (NOVO): Presidente, eu gostaria de reforçar que nós terminamos a primeira votação das emendas, mas nós estamos, dentro do plenário, com muitas pessoas que têm conflito de interesse com a atual votação. Eu tenho o presidente do meu partido que está no lado de fora, nas galerias. Há muitos manifestantes aqui, contrários ao projeto e a favor do projeto, nas galerias. O plenário deveria ficar restrito apenas às assessorias técnicas e aos vereadores. Nós entendemos que nós estamos participando de uma votação em que ainda constam seis emendas e mais o projeto. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Solicito que as pessoas que não estão envolvidas, que não são assessores, que não estão envolvidas com o projeto, com relação, que são do governo, que se retirem do plenário que sejam identificados pelas pessoas que estão acusando. Pessoal, estamos revendo a votação.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Atenção, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a votação da Emenda nº 01 ao PLL nº 195/23 terá que ser refeita porque o Presidente, equivocadamente, votou, e a matéria é de maioria simples, logo ele votaria apenas para desempatar. Então vamos reabrir o painel para refazer a votação da Emenda nº 01.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Declaro nula a votação anterior, valerá a votação que faremos a seguir.

Em votação nominal, determinada por esta presidência, a Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 195/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 15 votos **SIM**; 19 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 195/23. O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, assistência nas galerias, eu quero começar esta minha fala dizendo que eu votei no prefeito Melo, no vice Ricardo. E votei porque, primeiro, a outra opção era terrível, Manuela D'Ávila, e porque a proposta, Melo/Ricardo, era uma proposta de centro direita com recortes liberais. E, de fato, a cidade avançou, de fato a cidade hoje é uma das melhores para se empreender, de fato hoje Porto Alegre tem um prefeito, ao contrário de Marchezan, que gasta sola de sapato, que está nas comunidades, e assim por diante. Só que o governo me decepciona não só como vereador, mas o governo me decepciona como eleitor neste momento. Porque o governo de centro direita com recorte liberal que vinha conduzindo de uma maneira positiva em muitos aspectos, esse governo acaba de sucumbir a interesses de corporações. Alô Ricardo Gomes, nosso vice liberal, o governo acaba de sucumbir a interesses de corporações, a privilégios, porque o teto está sendo aumentado. Olhem os lobistas, a minha líder já chamou a atenção, por que o sindicato fica lá fora, por que que o meu presidente partidário fica lá fora e os lobistas aqui dentro sussurrando ao ouvido de vereadores? Então eu estou decepcionado porque a assim chamada emenda Janta botava a mesa para todos, Claudio. Nós iríamos prorrogar o impacto econômico para depois das eleições. Então, quando o governo rejeita esta emenda, atenta contra aquilo que prometeu nas urnas, no qual eu votei em segundo turno. Um governo que iria combater privilégios, de ater um recorte liberal e de fato, repito, aliás se fosse só aumento de prefeito, vice e secretários desvinculado do baronato do funcionalismo público desta cidade, eu talvez até poderia sentar, pedir o impacto econômico, nove vezes fora, corta daqui, corta de lá. O governador Zema fez isso em Minas, não sem a minha crítica é verdade, mas fez. Agora o grande

problema é que o governo sucumbe ao não aprovar a emenda Janta, Janta que foi líder do governo até ano passado. Então não se trata mais daquele discurso, peço que o governo assuma nesta tribuna, não é mais aquele discurso de que o secretariado ganha pouco, porque vamos aumentar o salário do Melo porque é o 47º no ranking das prefeituras. Não, querem aumentar o teto para dar segurança jurídica, repito, para que o baronato do funcionalismo público municipal possa receber mais. Aliás, no chat vimos funcionários, Robaina, que ganham R\$ 63 mil opinando, não sei se deviam estar trabalhando, mas estavam ali opinando no chat da transmissão da Câmara, dizendo: é isso aí, vamos aprovar este aumento: R\$ 63 mil bruto. Então, Sr. Presidente, o NOVO encaminha “sim”. Se aquele Melo, aquele Ricardo Gomes, aquele governo das urnas de 2020 realmente tem o recorte liberal, realmente quer trabalhar contra o baronato do funcionalismo público, precisa aprovar esta emenda, aumento apenas para os secretários. Depois vai ser aprovada a emenda do Zacher em homenagem a ele, e aí, após as eleições, vai poder, ano que vem, igual, rediscutir. Mas neste momento, aumento apenas para os secretários. Governo Melo está no foco, vamos ver se vai manter a promessa de campanha. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 195/23, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Hamilton. Eu acredito que esta emenda é uma emenda importante, é inteligente. Nós não vamos acompanhar, não vamos dar o apoio a esta emenda, mas ela é uma emenda importante, porque ela, de uma certa forma, desconstitui o discurso do governo. O único elemento em que o governo buscou alguma racionalidade no seu discurso foi esta ideia de que os secretários teriam que receber uma remuneração melhor para que quadros qualificados da iniciativa privada

tivessem um estímulo material para aceitar serem parte dos cargos do governo, secretário do governo. Bem, o Ver. Prof. Alex do PSOL argumentou muito bem e o Ver. Pedro Ruas também não de que nós não temos casos que ilustrem essa realidade, que exemplifiquem essa realidade. Nós não conhecemos nenhum caso de lideranças qualificadas da iniciativa privada que tenham se recusado a participarem do governo em função de uma suposta baixa remuneração. Como vocês sabem, nós não sustentamos que a remuneração de secretários seja baixa, nós acreditamos que a remuneração de secretários é adequada. É uma média salarial muito superior, o salário dos secretários é muito superior à média salarial da iniciativa privada, do setor público. Então este argumento de que os salários são baixos evidentemente que nós não acompanhamos. Mas a emenda buscou justamente desnudar que o governo, na verdade, se apoiando neste elemento racional, quer, na verdade, fazer uma política de aumento generalizado dos privilégios, começando pelo prefeito, depois veio a emenda garantindo que o vice-prefeito também tenha esse aumento, os vereadores, e os secretários entram nessa conta. Nós vamos nos abster, e vamos nos abster justamente por que nós não vamos votar uma proposição que aceita o aumento do salário de secretários num momento como este. Na verdade tem o elemento simbólico, num momento em que os servidores públicos estão sendo arrojados, são sete anos – sete anos, não é, Ver. Alex? – que não existe reposição, uma proposta do governo de 5% de reajuste parcelado em três meses, numa situação de abandono da cidade. Este esforço que a Câmara está fazendo para aprovar salários dos políticos, não tem o nosso apoio e não terá o nosso voto. Por isso que nós não vamos acompanhar a emenda, e a nossa abstenção, o sentido da abstenção é porque nós acompanhamos, sim, a ideia de desnudar que o interesse do governo não é simplesmente aumentar a remuneração dos secretários para poder facilitar a incorporação no governo de quadros qualificados da iniciativa privada, o interesse do governo mesmo é aumentar seus privilégios. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 195/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, eu vivi para ver o vereador do NOVO aqui dizer que alguns políticos merecem aumento, outros não; o governador Zema ganhou 298%. Na opinião deles, este é o político bom, é o eficiente. Aí, agora, em Porto Alegre, ele defendeu que os secretários merecem, o prefeito e o vice não. Realmente não dá para entender esta nova teleologia do partido que dizia que seria novo. Mas o que eu estou vendo aqui é um discurso contra servidor público. Não dá para usar uma pauta, que é os políticos que acalentam, para bater em servidor público que fez concurso, que estudou, não é fácil se transformar num professor, se transformar num servidor de carreira, da burocracia, de produzir um trabalho para a cidade sem se vincular partidariamente. Então eu quero dizer que o Partido dos Trabalhadores não vai com esta emenda, não dá para dividir, nós estamos aqui fazendo o debate que as prioridades da cidade hoje são fragilidades na educação, no transporte e na saúde. O partido NOVO começou bem o dia de hoje, mas, agora, Ver. Tiago, não pode eleger o servidor público como inimigo quando é o governo que troca vereadores aqui; não foram os servidores que trocaram vereadores neste plenário, foi o governo de direita do Sebastião Melo. Ele mexeu no plenário para poder botar em votação este projeto e segue; é o vice Ricardo Gomes que quer tomar bons vinhos, é um direito, ele quer tomar bons vinhos então ele organiza o plenário ao seu bel prazer, tira Fulano e bota Sicrano, que vai apertar, botar o dedo na urna a favor do aumento, eu diria, estrambólico! Meus caros colegas, estamos diante desta digressão maravilhosa que apenas alguns partidos de direita nos proporcionam, os anais da história deixarão marcada, infelizmente, esta página triste de Porto Alegre, e nós vamos continuar sendo contrários, porque, neste momento, a gente entende que as prioridades são a população e os servidores que estão recebendo abaixo do mínimo. Só os professores de Porto Alegre recebem 27 % abaixo do básico,

que é o piso nacional; isso é uma vergonha! Uma cidade que já despontou na liderança de bons salários ao magistério, hoje, a cada dez pessoas que assumem lá na SMED, seis saem, vão trabalhar em Canoas, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Viamão, Alvorada ou Cachoeirinha, cidades da conurbação que estão valorizando melhor do que a capital, e isso, para mim, no mínimo, é preocupante. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 195/23, como coautora.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Presidente, colegas vereadores, público nos acompanha aqui e pela TVCâmara, a Emenda nº 02, destacada, de minha autoria com a assinatura do colega Ver. Tiago Albrecht e do colega Ver. Claudio Janta que entendem que, na verdade, quando o governo trouxe este projeto para a Casa, ele sempre trouxe com a premissa da dificuldade de encontrar bons quadros de servidores para compor as suas lideranças de secretariado. E para isso e justificando isso, perante empreendedores, empresários, doadores de campanha da chapa Melo e Ricardo, foi dito que Porto Alegre não teria secretários qualificados porque eles ganham pouco. Então nós trouxemos uma solução, vamos limitar o aumento aos secretários e secretários adjuntos e vamos fazer uma boa política em Porto Alegre. Vamos ajudar a direita a se manter no poder, afinal, dizem que a minha CPI é para trazer a esquerda no poder, mas me parece que é o governo que quer trazer a esquerda para o poder, porque quem estava aqui no plenário na Emenda nº 01 eram pessoas do governo, pessoas ligadas diretamente ao prefeito, pessoas que coordenam a estrutura do governo. Não eram servidores da Fazenda, era o governo que estava aqui dentro. E hoje nós temos uma emenda para o governo realmente dizer que o projeto é sobre manter bons quadros de servidores, da Fazenda não, de bons quadros de secretários de saúde, de educação, de habitação, de

assistência social e todos outros secretários e não bons quadros da Fazenda. Mas me parece que não é sobre isso. E é sobre isso que eu me preocupo, Ver. Claudio Janta, porque me parece que esta votação de hoje já está toda organizada, mas me parece que quem vai trazer a esquerda para o poder vai ser o próprio governo, porque eles estão abrindo mão de 1 milhão e meio de habitantes para cem servidores. É esta a minha pergunta: quem está trazendo a esquerda para o poder? Será a Mari Pimentel fiscalizando os gastos na educação sem licitação ou será o prefeito Sebastião Melo mandando um aumento acima de 60% para ele, seus secretários e para a elite do funcionalismo público? Me parece que nas eleições, daqui um ano, será muito fácil chegar e pedir voto, mostrar quem votou a favor de salários de R\$ 36 mil e quem votou contra. Ver.^a Mônica Leal, não vou ser eu que vai fazer *cards*, *cards* vão estar espalhados por aí, não vai ser o MBL nem o NOVO, porque está sendo um tapa na cara da população de Porto Alegre a votação no dia de hoje, no meio de um ciclone. Espero que os vereadores, que têm as suas bases, entendam a realidade que hoje eles abrem mão do seu voto na sua comunidade para cem servidores e para uma estrutura dorsal do governo que está aqui colocando pressão em todos vocês. Obrigada, vereador.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 195/23.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos. Estou vendo os vereadores da esquerda criticando os projetos e tal, e eu entendo a revolta, entendo todos os problemas, mas a gente também tem que pontuar algumas verdades aqui. Sem ofensa a ninguém, só que eu acho temos que pontuar algumas verdades. A própria Ver.^a Mari, a quem respeito muito, nos procurou pedindo para que nós valorizássemos o salário dos secretários, porque se entende que os secretários municipais, não aqueles agentes políticos que estão

recebendo um salário abaixo do vereador, mas que, na verdade, são políticos que não se elegeram e acabam ocupando um cargo administrativo por parte do governo. Eu digo aqueles secretários que, por exemplo, vieram da iniciativa privada, como é o caso secretário de Educação, José Paulo, que a gente sabe que ele abriu mão de muita coisa para contribuir com a cidade. Eu acho injusto com esse senhor que ele seja obrigado a renunciar, inclusive, ao seu padrão de vida por estar contribuindo com a cidade. Ele foi indicado, se não me engano, pelo sistema Sesi, onde, como administrador, ganharia R\$ 40 mil, R\$ 50 mil por mérito dele. Eu concordo que é injusto pagar um salário alto por um secretário que não trabalha, eu concordo. Talvez, se nós fizéssemos um recorte por secretaria, eu concordaria com relação a isso. Mas é injusto fazer com que, por exemplo, um secretário da Saúde seja obrigado a ser alguém que não seja médico, porque o salário do secretário da Saúde não condiz com a realidade dos médicos que poderiam estar fazendo uma boa gestão no serviço público. Nós acabamos fazendo, inclusive com o voto de muito dos senhores, alguns penduricalhos que não são ditos aqui, como, por exemplo, o servidor público que assume o cargo de secretário mantém o salário de servidor público e ganha um adicional. Então, quer dizer, que o servidor público pode ganhar um salário justo para ser secretário, mas alguém que vem da iniciativa privada não pode ganhar um salário justo para ser secretário e assumir uma responsabilidade do tamanho da secretaria de Educação, do tamanho da secretaria de Saúde? Bom, isso eu acho injusto. Por isso que eu vim aqui me manifestar com relação a esta emenda, não vou acompanhar o voto proposto pela oposição. Estou pensando se me abstenho ou se voto contra, mas eu acho importante pontuar, porque aqueles que disseram que estamos fazendo para valorizar os secretários e não o prefeito, quando chega a oportunidade de valorizar apenas os secretários, fazem uma emenda para retirar dos secretários. Porque, nesta emenda, diz que só vai passar a valer em 2025, então o problema não vai ser resolvido. Vai acontecer o que? Este secretário que veio do sistema Sesi, que merece, vai receber somente em 2025. O secretário de Saúde – não sei com relação ao Ritter, não sei se vai permanecer ou não – não pode ser um médico, porque ele, de maneira

nenhuma, vai abandonar a clínica para trabalhar para a saúde de Porto Alegre, porque, entre escolher o seu padrão de vida e tudo que ele construiu ao longo da sua carreira e trabalhar para uma Secretaria Municipal de Saúde, ele vai preferir ficar na sua carreira específica.

Então, com relação a este tema, eu entendo que existem muitas injustiças, nós não queremos aqui fazer uma injustiça dando para aqueles que não merecem, mas também é preciso fazer uma justiça. Quando falam que está se aumentando o salário do prefeito, eu entendo que nominalmente o salário do prefeito vai ser alterado – lembrando que eu vou votar contra –, mas, na verdade, o que está se discutido aqui, de fato, não é o salário do prefeito, é o salário dos servidores públicos que ganham acima do teto do prefeito que está tentando se fazer a compensação para que eles não percam isso. Vocês sabem, eu vou votar contra, mas não é o prefeito que vai embolsar esse dinheiro, são os servidores públicos que, por conta de uma decisão judicial, vão ser obrigados a reduzir o seu salário. Então é só para colocar aqui para não parecer que o vereador que votar a favor – e eu vou votar contra, estou repetindo aqui – vai ser um criminoso que quer aumentar o salário do prefeito. O prefeito não vai ser nem beneficiado, se o prefeito não se eleger, não vai ser dele esse salário. Por isso que eu votei a favor da emenda anterior, porque justamente era para impedir uma distorção. E agora parece que é o contrário, a oposição quer fazer uma distorção ao contrário. Falou-se aqui como argumento que os secretários não devem ter 13º salário, olha, eu até acho justo que o secretário não tenha 13º salário, mas também nós todos aqui vamos ter que renunciar ao nosso 13º salário, porque cada um dos senhores aqui ganha 13º salário, ou não viu na conta que pinga duas vezes por ano, uma no meio do ano e uma no final do ano? E tem uma outra questão também: acho hipocrisia falar que secretário ganha pouco, quando qualquer secretário que trabalha hoje na Prefeitura ganha menos do que nós aqui, como vereador. Não estou falando que vocês trabalham pouco, mas será que as responsabilidades de cada um de nós são menores do que as responsabilidades de um secretário do município? Eu acho que não, e eu tenho moral para falar isso porque eu tenho, desde o primeiro dia de mandato, a minha planilha de

doações, que eu dou R\$ 5 mil por mês para projetos sociais. Então, eu queria só deixar aqui bem claro para todo mundo que não é hipocrisia, mas nós não podemos também distorcer para aproveitar uma conveniência momentânea. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 195/23.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, Presidente Hamilton Sossmeier; agradeço ao Ver. Pedro Ruas, líder do PSOL, pela oportunidade de me manifestar, e aos meus colegas de bancada, vereadores Fran Rodrigues e Roberto Robaina. A princípio, não pensava em me inscrever para manifestação, porque fui contemplado na fala do nosso líder da oposição, Ver. Roberto Robaina, mas, diante da fala do Ver. Jessé, eu me vi obrigado a manifestar algumas palavras. Primeiramente, porque nenhum vereador ou vereadora de oposição manifestou desta tribuna contrariedade à possibilidade de qualquer secretário receber 13º salário. Então, é inaceitável que coloquem palavras na boca de vereadores e vereadoras de oposição. Se ele quiser falar por ele, que fale por ele, pelo seu partido, o Cidadania. E o segundo aspecto que eu gostaria de destacar é que o Ver. Jessé Sangalli desconhece o conceito de saúde coletiva. O vereador acha que somente médicos são capacitados para gerenciar a Secretaria de Saúde? Desconhece que existem tantos outros profissionais competentes e capazes, formados nas áreas de enfermagem, medicina veterinária, saúde coletiva, gente, profissionais da área de educação física, todos esses são profissionais da área do campo da saúde, odontólogos e odontólogas. Eu acho muito complicado a pessoa que não tem algum conhecimento em determinada área utilizar um espaço importante como este, um espaço de debate, de discussão, com argumentos tão rasteiros, tão rasos. Mas, tudo bem; eu compreendo que, talvez, no calor do momento do

debate, o vereador tenha se atrapalhado e tenha desmerecido um rol tão grande e complexo de profissionais que foram simplesmente ignorados. É triste isso. E peço desculpas publicamente aos profissionais dessas diferentes áreas que tiveram que ouvir tamanha barbaridade aqui. Eu respeito muito a profissão dos médicos, das médicas, tenho vários ex-alunos que desempenham honrosamente essas profissões, mas eles não são os únicos profissionais de atuação na área da saúde. A saúde coletiva deve estar pautando as diretrizes da nossa cidade. Se nós tivermos apenas a visão dos profissionais habilitados no campo da medicina, nós desconsideramos aspectos importantes, como por exemplo, a transmissibilidade de zoonoses, que muitas vezes os médicos não têm preparo, não têm capacitação e não sabem como atuar. Como ocorreu em alguns casos da febre maculosa, doença do carrapato, que alguns médicos não sabiam o que era, e a doença foi diagnosticada por veterinários em seres humanos. É complicada essa situação.

Eu também gostaria de destacar a posição do meu partido que tem por princípio valorizar os profissionais de carreira, os servidores de carreira que muito provavelmente, numa hipótese de termos protagonismo em algum governo, colocaríamos quadros qualificados que já estão dentro do serviço público municipal, porque vivenciam o dia a dia do trabalho prestado à sociedade. E nós temos muitos quadros, em diferentes áreas, que recebem uma remuneração muito inferior aos secretários do Município de Porto Alegre. Os meus colegas professores e professoras acham que R\$ 12 mil é um salário muito bom e que desempenhariam com muito orgulho as funções na SMED. Mas cada um com a sua realidade. Eu acredito que nós precisamos, sim, valorizar os trabalhadores, as trabalhadoras, o secretariado, e o que estamos discutindo aqui é o que é justo a pagar por quem governará a nossa cidade. O Ver. Roberto Robaina fez um destaque muito importante na sua manifestação, o salário dos secretários está sendo utilizado como um dos critérios argumentativos mais importantes por parte do governo, mas o plano de fundo é, sim, o aumento do salário do prefeito e do vice-prefeito. É isso que nós não podemos perder de vista, é isso que está sendo

debatido em primeiro plano. Muito obrigado, agradeço a oportunidade de me manifestar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 195/23.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Presidente, eu quero dizer que, com esta emenda, eu mantenho a coerência que eu trago desde que a esta Casa eu cheguei e venho discutindo este tema. É justo para os secretários, então nós apoiamos esta emenda. No ano passado, assim como agora, nas reuniões que tivemos da base do governo, eu sempre defendi que tinham que vir separados esses projetos, os aumentos de salário de secretários e os aumentos do prefeito e do vice. Então este é o motivo de estar junto, porque eu acho que isso é o justo. O prefeito nós podemos decidir já para 2025, que é a data que vale este reajuste.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, determinada por esta presidência, a Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 195/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 4 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**; 10 **ABSTENÇÕES**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Para fins de registro, o Ver. João Bosco Vaz está em Licença para Tratamento de Interesse.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Obrigado, Luiz Afonso, realmente o Ver. João Bosco Vaz não está em licença saúde, em LTI.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 195/23. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Hamilton, vereadores e vereadoras, a nossa emenda busca explicitar e fortalecer uma ideia que é a ideia fundamental para realmente melhorar a qualidade do serviço público. Para melhorar a qualidade do serviço público não é necessário aumentar o salário do prefeito, dos secretários, muito menos o salário dos vereadores, mas é necessário, obviamente, uma boa gestão, uma gestão competente, preocupada com o povo mais pobre, que busque distribuir renda, que busque fortalecer a auto-organização e a democracia na cidade. Mas também valorizar materialmente os que garantem o atendimento direto da população em áreas que são essenciais, como a saúde, a educação, a assistência, o trabalho de coleta de lixo, a valorização dos servidores, e a nossa emenda, Ver. Prof. Alex, Ver. Oliboni, autoriza o Município a conceder o aumento de 30,25% aos servidores, parcelados ou não. Poderia ser parcelado, os servidores ficariam satisfeitos, poderia ser parcelado em bastante tempo, mas que seja garantida essa reposição concedida em 2023, um aumento de 30,25 %. Isso é algo que realmente qualifica o serviço. E vejam só, estamos propondo uma emenda que é a metade do índice proposto de reajuste do prefeito. Então ela tem razoabilidade. Esta é a emenda que nós apresentamos para que se possa explicitar, jogar luz no verdadeiro problema que existe no Município de Porto Alegre. Nós temos no Município de Porto Alegre uma situação em que os servidores públicos municipais têm sido massacrados. Professores com salários arroxados, falta contratar professores. Nós temos, inclusive, na área da Defesa Civil, que é muito importante, a necessidade de concurso. Nós temos que garantir transparência e democracia no serviço público, valorização do serviço público e é isso que a Câmara de Vereadores deveria se preocupar, buscar as fontes necessárias para que nós tenhamos real melhoria do serviço público,

porque isso significa boa gestão e valorização dos profissionais que realmente garantem que o povo de Porto Alegre seja atendido. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 195/23.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, novamente, senhoras e senhores. Eu vou ser breve no encaminhamento em nome da liderança do meu partido, PSOL, e agradecendo ao nosso líder, Ver. Pedro Ruas, e aos demais integrantes da bancada, Ver.^a Fran Rodrigues e Ver. Roberto Robaina, venho complementar a fala do nosso líder da oposição. A proposta desta Emenda de conceder 30% de reajuste aos servidores do Município de Porto Alegre não é um número aleatório que surgiu na cabeça, brilhante, do Ver. Roberto Robaina, não é. Nós tivemos o congelamento dos salários e sequer os servidores desta cidade tiveram reposição salarial, eles tiveram perdas durante todo o governo Marchezan que não concedeu um real de aumento, e não vou falar nem de aumento, perdas inflacionárias. O montante deste período, sem nenhum centavo de reajuste, é o valor que a emenda propõe, a devolução das perdas inflacionárias no momento em que nós não tivemos o reajuste. Portanto, se o governo acha justo aumentar em 62% o salário do prefeito e também do vice e dos seus secretários, por que não repor perdas inflacionárias e a corrosão dos salários dos servidores que prestam o serviço público à nossa população nos postos de saúde, nas escolas, na assistência social. Nós achamos que é justo a reposição da inflação, recuperação de perdas salariais. Portanto, fica o nosso encaminhamento e a solicitação de voto favorável à Emenda nº 03. Muito obrigado e boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Só para ajudar o Ver. Prof. Alex Fraga e dizer que o prefeito está autorizado a dar até 100%, não precisa da autorização desta emenda que ela me parece bem demagógica, porque ela não leva a lugar nenhum.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 195/23.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Sr. Presidente, não é dizer uma novidade que no Brasil há quem entenda que os servidores e servidoras públicas são parasitas e aqui, neste plenário, também é possível que tenha quem defenda uma barbaridade dessa. É isso que motivou inclusive com que no governo federal anterior se defendesse uma reforma que acaba com as carreiras do funcionalismo federal, acaba com os concursos, reduziria salários, acabaria com a estabilidade, enfim, um ataque brutal às carreiras. Hoje muito a gente tem falado de privilégios aqui nesta sessão e me escandaliza que direitos conquistados com muita luta pelos trabalhadores no geral, pelos servidores e servidoras muitas vezes também sejam tratados como privilégios, me escandaliza, porque não são, são direitos que inclusive são fundamentais para que a gente tenha, no serviço público, servidores em condições e comprometidos para garantir serviços públicos de qualidade. E falar sobre isso nesta Câmara tem grande importância, porque esta Câmara, no governo anterior, aprovou um ataque aos regimes de trabalho e às majorações que os servidores públicos municipais possuíam. Esta Câmara aprovou um ataque aos avanços que os servidores públicos municipais possuem; esta Câmara aprovou um ataque às gratificações por tempo de serviço do funcionalismo público municipal; esta Câmara aprovou um ataque às incorporações das funções gratificadas dos servidores do Município; esta Câmara aprovou um ataque ao funcionalismo municipal ao mexer na previdência, tanto no governo anterior como neste governo Melo; e esta Câmara pode ainda neste ano cometer mais um ataque,

acabando com a licença-prêmio. E, por vezes, tentam dizer que precisamos acabar com a licença-prêmio em Porto Alegre, porque foi acabado em nível nacional e estadual. Mas eu pergunto: quem acabou com a licença-prêmio em nível nacional e estadual? Os neoliberais, os neoliberais, esses que chamam os servidores de parasitas. Por isso que esta emenda, e discordo do líder do governo, apresentada pelo Ver. Roberto Robaina, aponta uma sinalização, Ver. Cecchim, que sinalização que esta Câmara vai dar? Quando esta Câmara tem a possibilidade de autorizar o aumento de pouco mais de 30% aos servidores do Município, esta Câmara pode dizer que reconhece o papel desses servidores. Servidores que são fundamentais todos os dias e que demonstraram a sua importância na pandemia, porque, quando muitos de nós puderam ficar em casa, os servidores e as servidoras saíram às ruas para atender na saúde, na assistência. O reconhecimento precisa vir agora, e nós não estamos falando de aumento real, nós estamos falando da reposição das perdas que o funcionalismo municipal sofreu ao longo dos últimos anos. E é por esta razão que eu, mais uma vez, em nome da bancada do PCdoB, encaminho favoravelmente à emenda, porque esse é um compromisso da nossa bancada em reconhecimento aos servidores e às servidoras públicas no Município de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 195/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, observem bem a postura do governo. O governo hoje aplica em recursos humanos o menor volume histórico da cidade, apenas 39%. As pessoas se aposentam e as vagas não são repostas; assim está o DMAE, dois mil cargos vagos, para além disso, há uma defasagem salarial nunca antes alcançada, é uma defasagem de mais de 50% somando as perdas históricas de mais de dez

anos atrás. A reivindicação do sindicato dos municipais hoje é o reconhecimento e o pagamento, nem que seja parcelado, de 30,25% que é dos últimos cinco anos apenas. Eles não estão reivindicando a totalidade da reposição real que os trabalhadores merecem. E aí esse processo aqui é para que o governo, como um coletivo, reconheça no Parlamento que é preciso valorizar a enfermeira, a técnica de enfermagem, o técnico hidrossanitário, o gari, a monitora de escola, e está aqui a Beth, que é uma conhecedora desse trabalho tão empenhado lá na Restinga e em vários outros bairros periféricos da capital que precisam dos servidores bem remunerados. E aí a gente acha que a pauperização do serviço público é uma coisa positiva, não é, ela espanta as pessoas, elas deixam de fazer o concurso para trabalhar em Porto Alegre, porque não tem mais triênios, não tem mais adicionais, não tem um desejo, uma perspectiva de futuro, não tem carreira. Aí nós não podemos também fazer apartheid entre os servidores, nós precisamos de todas e todos os servidores. Tem gente que vem aqui e ataca o servidor público, seu esporte preferido é atacar quem serve à população. Esse tipo de política velha não nos serve, nós precisamos, sim, é recompor o poder de compra de milhares de trabalhadores municipais que recebem abaixo do mínimo; Padrão 01 ao Padrão 04 recebem abaixo do salário mínimo no seu básico, isso é um desrespeito com os garis, com os trabalhadores da SMAMUS, da SMOV, que viram asfalto para ajeitar as avenidas da capital. É isso que a gente quer, um gesto a quem trabalha com tanto empenho pela população lá na ponta e, às vezes, a gente não conhece os rostos desses trabalhadores. Nós precisamos reconhecer que quem produz a política pública não são os políticos. Falam muito aqui em valorizar secretários; secretário nenhum toca uma pasta adiante se não tem alguém na frente de um computador, pegando no cabo de uma enxada, de uma pá, estando na escola com um livro na mão, não existe nenhuma política pública tocada por secretário. Secretário é o dirigente, se não tiver uma equipe por trás, construindo a política, não vai haver o desenvolvimento do direito social, que é tão fundamental em várias áreas da nossa capital. Então eu queria pedir esse gesto generoso, principalmente dos vereadores, que a gente conhece, que enchem as mesas dos

servidores de pedidos de providência, que passem a patrula lá, ajeita o buraco aqui; tem gente que liga direto para os setores azucrinando, mas na hora de apoiar, que não sejam os míseros cinco e pouco por cento parcelados, se esconde. Não se escondam, colegas, atrás das gravatas; não se escondam atrás dos paletós, mostrem o rosto e valorizem a educação, a saúde, a assistência de Porto Alegre, que é feita por CPFs e que hoje não conseguem pagar suas contas em dia porque estão atolados em empréstimos, pois a inflação corroe os salários. Estamos falando dessa emenda do Robaina, que é de inflação apenas, não tem nada a ver com aumento, nada a ver com aumento! É o que se perdeu nos últimos cinco anos, que antes chegava-se no supermercado com salário e agora já não tem esse salário, aí escolhe e tira coisas do carrinho, tira itens de primeira necessidade, tem gente inclusive que não consegue pagar o aluguel, isso é um caso seriíssimo! Estive no DMLU e um servidor me falou isso, e eu fiquei pensando: como pode nós termos uma capital com milhões e milhões em caixa e que não recompõe o salário do trabalhador? Que cidade é esta que não olha para quem todo dia recebe a população? Eu fico muito triste, Presidente, que colegas ainda pensem em não votar nesta emenda. Por favor, vamos apoiar o serviço público de qualidade, independente dos setores, porque todo mundo vai ter um grande reconhecimento nesse sentido. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 195/23.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, colegas vereadores, Presidente Hamilton Sossmeier, público que nos acompanha aqui na TVCâmara. Gostaria de dizer que a bancada do partido NOVO vai votar “não” a essa emenda, mas entendemos que a bancada da oposição não é hipócrita, como nós vamos ver em alguns desta Casa legislativa. Porque a bancada da oposição entende que o aumento deve ser para todos e não só para alguns; nós vemos

que ninguém deve ganhar esse aumento. Por que nós entendemos que ninguém deve ganhar esse aumento neste momento? Porque eu reforço, 25% de 1 milhão e meio de habitantes ganham abaixo de um salário mínimo. Porque as redes conveniadas que hoje tem 80% das nossas crianças ainda têm um salário para professores de R\$ 1.800,00. Nós precisamos levantar para todos. Porque nós não vamos levantar para alguns. A cidade cresce quando todos crescem. A rede conveniada, o professor que está lá na ponta, o setor privado, todos crescem e não apenas alguns. Por isso, muitas vezes, Prof. Alex, a gente sabe que tem aquela política dos neoliberais e toda aquela gritaria, mas eu gostaria de fazer essa fala sobre isso. Nós acreditamos numa política igual para todos e não só para alguns. Nós sabemos que o impacto da pandemia ainda é realidade na vida lá fora, as pessoas ainda não retomaram os seus empregos, os salários ainda estão impactados, as empresas ainda não estão operando em pleno vapor. Por isso, nós entendemos que ainda não existe essa capacidade de pagar os 30% almejados da emenda do Ver. Roberto Robaina, da mesma maneira que não existe a capacidade de pagar R\$ 36 mil para o servidor da Fazenda, mas nós somos coerentes no nosso discurso. Da mesma maneira que nós esperamos que o prefeito seja e da mesma maneira que, ao ser coerente, eu espero que depois de aprovado - porque me parece que será aprovado - que tenhamos um novo quadro de secretários. Pois, afinal, nós vimos que com os secretários atuais o prefeito precisa de um salário novo. Então quantos secretários irão mudar? Quantos secretários só não sairão para concorrer? Qual será a qualificação dos novos secretários? Eu tenho um projeto nesta Casa Legislativa que nós temos que apresentar o currículo de cada secretário. Vamos ver o currículo dos secretários, vamos ver o que nos apresenta a Prefeitura, depois de passar o impacto aqui de R\$ 30 milhões no nosso orçamento. Será que valeu a pena botar o dedinho aí no dia de hoje, ou será que nós apenas acreditamos numa narrativa? A grande questão é que eu tenho um outro projeto de lei que eu gostaria de compartilhar com vocês, que está sendo protocolado: que todo secretário, além de apresentar o seu currículo, deverá ser ficha-limpa. Ou seja, o secretário não pode ter nenhuma condenação, ele não pode ser condenado no

Tribunal de Contas da União, em nenhum Tribunal de Contas. Daí nós estamos começando a falar de qualificar a gestão pública, de qualificar o secretariado. Por enquanto, nós estamos vendo apenas narrativas, e não mudanças que realmente devem acontecer. Por isso nós encaminhamos, como bancada do partido NOVO, “não” e consideramos que todas as mudanças prometidas no dia de hoje pelo governo devem acontecer, apresentando o currículo dos secretários, mostrando e comparando com a iniciativa privada, afinal, hoje nós estaremos aprovando um aumento muito grande, um impacto muito grande também no orçamento. Eu espero que isso seja refletido também numa melhor gestão pública do nosso Município. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, determinada por esta presidência, a Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 195/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**; 23 votos **NÃO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): No caso das emendas não destacadas, elas são encaminhadas conjuntamente com o projeto. A Emenda nº 04 foi retirada pelo autor. Agora há possibilidade de encaminhamento do projeto e das Emendas nºs 05 e 06, que não estão destacadas, globalmente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o PLL nº 195/23. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente, Ver. Ramiro Rosário também. Vereadores e vereadoras, o projeto já foi por demais debatido aqui no dia de hoje, Ver. Maluco do Bem. E esse projeto, nós sabemos o que ele tem na sua aparência – não é João Ezequiel? – e o que ele tem por trás. E eu pedi

desculpas aqui ao meu amigo Johnny. Mas o que ele tem por trás é isso, não é um interesse, o Ver. Nereu D'Ávila não pode concordar aqui comigo, eu sei, mas sabe que não é o interesse do prefeito, nem será o salário dele agora, é lá em 2025, não é do vice-prefeito, nem dos secretários. Lá em 2025, João, imagina, daqui um ano e meio, aí o pessoal fica: "Ah merece, não merece". Não é nada disso, é a referência, é o teto, está certo. É que é importante que as coisas sejam claras, que se vote com clareza. Lá vinha a emenda do Cláudio Janta, o vereador do Solidariedade. Chamada "a emenda da verdade", foi colocado isso. Isso é importante. Há todo um debate nosso, eu acho que é legítimo que se divirja aqui, é legítimo que tenhamos posições distintas, evidentemente. Apenas acho necessário que nós façamos a discussão correta do que está ocorrendo, do que quer o governo, de qual é o acordo do governo com os setores dos municipais e o que pretende com a votação de hoje - isso é fundamental! A discussão séria, honesta, clara. Não é à toa, Ver. Comassetto, que houve tantas trocas de vereadores hoje. Não é à toa. E não é por pouca coisa. Lembrem que essa votação deu um resultado de 17 a 17, na última. Desempatada pelo Ver. Cassiá Carpes, que estava no comando dos trabalhos. Então é importante que saibamos o que está sendo discutido; aliás eu acho imprescindível. Uma votação que decide algo tão importante quanto isso precisa, pelo menos, ser muito clara, muito transparente, muito honesta. Nós não podemos ficar fingindo que divergimos sobre algo que nem é importante no projeto. A nossa divergência não é essa. Ela pode ser também essa, secundariamente. Ela é outra, não é João Ezequiel? É outra. Esses milhares de municipais que vão ficar com esses 5%, a deus-dará; e uma parte da categoria, muito pequena, que tem um outro padrão de vida, é de uma outra classe social. Aliás, isso é comum no Brasil, categorias profissionais como a dos advogados, por exemplo, que pertencem a classes sociais distintas. E nos municipais isso existe. É incrível, Roberto Robaina, que é um especialista na questão das classes sociais, nos municipais nós temos a diferença, numa mesma categoria profissional, de classes sociais, e coexistem numa categoria. Mas a luta de classes existe, e está sendo expressa hoje num projeto como este. Então é uma questão importante e séria. E concluo aqui,

Presidente, o PSOL vota contra o projeto, respeita os argumentos que são sérios e são contrários, mas não pode respeitar o que não é sério, o que não é a verdade, o que não é a intenção do projeto. Aquilo que é de verdade vamos debater, vamos divergir. Podemos ganhar, podemos perder, mas a sociedade, os municipais, o povo, como um todo, tem o direito de saber o que quer o projeto e qual é a nossa divergência. Nós encaminhamos contra. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n° 195/23.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Senhoras e senhores, público que nos assiste através das plataformas da TV e Rádio Câmara; chegamos ao final de um grande bate e debate de pontos de vistas e ideias. Ficou provado aqui que esse aumento não é para o prefeito Sebastião Melo. Ficou provado o tempo inteiro, desde que iniciamos pela manhã até este momento final. Com a rejeição das Emendas n°s 01 e 02, esse projeto prova que não é para o prefeito Sebastião Melo e não é para os secretários. Esse projeto não é para estipular o pagamento imediato do piso da enfermagem em Porto Alegre. Esse projeto não é para determinar o pagamento imediato do Piso Nacional do Magistério. Categorias, como os municipais, receberam 5% de aumento, parcelado; categorias, como os rodoviários, que até fizeram uma greve aqui, tiveram um reajuste no seu piso, parcelado, que não chega a 6%. O maior reajuste que teve, que se tem notícia até agora, foi o reajuste da Câmara, uma recomposição de inflação que ficou devendo para os seus servidores, que chegou em 11%. E agora nós estamos falando de reajuste que ultrapassa 60%.

Esta semana, me ligaram, e eu perguntei a um jornalista da Zero Hora, o Paulo Egídio: tu ganhaste 60% de aumento? E pergunto a todos que aqui estão se ganharam 60% de aumento. Não ganharam. E a prova de que este projeto não é para os secretários, de que este projeto não é para o prefeito Melo são as duas emendas que foram apresentadas, as duas emendas, e não foram destacadas.

Está bem claro o que se quer, é um aumento para o vice-prefeito, acima do que vai ganhar o prefeito e acima do que vão ganhar os secretários, de R\$ 23.428,00. O projeto prevê o aumento do vice-prefeito. No projeto original, o salário do prefeito é igual ao dos secretários, que volto a afirmar, é justo. Mas a cereja do bolo, o apêndice deste projeto está na Emenda nº 06, que prevê aos vereadores um aumento de R\$ 6.428,00 – é o que vai ser o aumento dos vereadores que aqui propõem o salário de R\$ 23.428,00 para os vereadores. Esse é o apêndice, essa é a cereja do bolo, a cereja do bolo está aqui, é a Emenda nº 06, que em nenhum momento foi debatida ou discutida. É a cereja, a cerejinha do bolo, que prova que este projeto não é para o prefeito, que este projeto não é para os secretários. Poderiam ter votado a Emenda nº 02, que dizia que era só para os secretários; mesmo tentando fazer uma confusão aqui, não sabiam se iam para lá, se vinham para cá, se era sim, se era não, ela é clara: o aumento, a partir de agora, só para os secretários. E aí, nós vimos a alegria exposta no rosto da Aiamu, que é só sorrisos. Está lá, só sorrisos, entregando o que estão buscando aqui nesta Casa há mais de dez anos. Tem uma continuação da estabilidade jurídica, porque este projeto não dá sustentação jurídica ao Município. Este projeto, não aprovando a Emenda nº 01, não tem sustentabilidade jurídica para o Município. Pode gerar, além dos R\$ 33 milhões, mais dívidas para o Município, porque voltarei aqui na tribuna, pode ter certeza, até o final do ano, mostrando para as senhoras e os senhores que estão nos escutando em casa o que estou dizendo aqui. Eu não estou vendendo fábulas aqui, eu não estou vendendo ilusão pra ninguém. Teremos ações na justiça para garantir que esta casta de 100 servidores do Município continue ganhando acima do salário do prefeito esse ano. Isso é visto, isso é desenhado. Para concluir, veja o aumento que vamos votar aqui hoje. Não diz interesse ao prefeito Melo que já falou que queria votar os fundos e a Defesa Civil, isso está em áudio do prefeito; isso não diz ao aumento do secretário, isso diz ao aumento das castas dos servidores da fazenda, e aos vereadores de Porto Alegre. Essa é a realidade do projeto, e essa é a cereja do bolo, a Emenda nº 06. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 195/23.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Estimado plenário, acredito que um bom resumo da tarde de hoje, das votações, seria por uma palavra da língua portuguesa, do plural, chamada interesses. Nós vimos o interesse da esquerda, além da oposição pela oposição, era o seu nicho eleitoral, sindicatos, estourar o orçamento em 30%, uma emenda absolutamente irresponsável do ponto de vista econômico, do ponto de vista de quem paga a conta. Aliás, como eu havia profetizado aqui quando eu respondi ao líder do PT que não me comovia o discurso petista, porque o interesse deles não é o mesmo de nós, liberais. Do outro lado, os interesses da base do governo em defender os privilégios do baronato do funcionalismo público. Aqueles que ganham R\$ 40, R\$ 50, R\$ 60 mil, tiveram seus interesses defendidos nesse plenário, com unhas e dentes. Aliás, a base passou a tarde muda, sem discursar, quando veio a essa tribuna foi para xingar a nossa líder, foi para esbravejar. Agora quem não teve muitos defensores nesta tarde, além do partido NOVO, e faço justiça também ao Ver. Janta, ao Ver. Ramiro e também ao Jessé, quem teve muitos poucos defensores dos interesses do cidadão, do pagador de impostos, que está lá tirando água de dentro do seu comércio, que teve que cancelar hoje idas para instalação de algum produto, alguma reforma, e assim, não arrecadar nessa tarde. Esses interesses quem defendeu aqui fomos nós, os liberais. Os interesses do pagador de impostos, do cidadão. Não entramos em hipocrisia, não entramos em toma lá, dá cá, não fizemos oposição, por oposição, estivemos sempre atrelados aos nossos princípios e valores, sempre atrelados àquilo que vimos defendendo ao longo desse debate. Citam o Zema, ora, o teto de Minas Gerais é pelo TJ. Aliás, o Zema trouxe impactos, o Zema disse onde vai cortar. Foi uma votação bem diferente. Aqui, o prefeito vai ganhar como presidente da República! Isso é uma excrescência! Isso é um tapa na cara do pagador de impostos; e a cereja do bolo, como dito anteriormente, os vereadores querem aumentar o salário para

próxima legislatura. Quase R\$ 6 mil em contas aproximadas. Até os vereadores - alguns, não vou generalizar -, mas até vereadores querem o seu naco de interesses nesse jogo de aumenta, aumenta, e paga, paga, para o cidadão de Porto Alegre. Por isso, nós do NOVO não defendemos privilégios para ninguém, para nenhuma casta, para nenhum sindicato. Nós defendemos, nesse debate, a austeridade e o aumento para aquilo que iniciou ou o debate, atrair pessoas da iniciativa privada para dentro da máquina pública, aliás, já é um compromisso da Ver.^a Mari Pimentel e deste vereador, Tiago Albrecht. Vamos cobrar os novos secretários, tão alardeados pelo governo, a atração desses profissionais para dentro da máquina pública. Numa tarde de interesses, aparentemente, infelizmente, o interesse do eleitor, do cidadão, do pagador de impostos não será observado neste Legislativo. Para concluir, Sr. Presidente, mas o NOVO esteve o tempo todo ao lado daqueles que pagam a conta, daqueles que carregam o piano, do atlas que carrega nos ombros o globo, o peso da máquina pública. Por isso o cidadão de Porto Alegre pode continuar contando com o nosso partido, com o nosso trabalho, nós não trabalhamos por interesses de corporações nem de sindicatos nem de que o valha, trabalhamos pelo interesse do cidadão que paga a conta no final do mês, no final do ano. Muito obrigado Sr. Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 195/23.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente da Casa, Ver. Hamilton Sossmeier; colegas vereadores e vereadoras; cidadãos e cidadãs que estão aqui nos acompanhando; pessoal do Simpa; servidores públicos; cidadãos e cidadãs da Cultura, da reciclagem; cidadãos e cidadãs que estão nos acompanhando nesta sessão. Hoje é mais um dia daqueles que nós não vamos esquecer, nós não esquecendo, imagina o cidadão que colocou a confiança, Cecchim, naqueles vereadores, nos prefeitos de que não poderiam legislar em causa própria. Aqui está um bom exemplo, porque na medida em que nós

atendemos apenas uma parte da sociedade que, por sua vez, já ganha muito bem, porque vejam só, nós tamos falando aqui do teto, o teto de 21 vai pra 34. E são muitos aqueles que ganham muito bem, Ver. Tiago, e que passam a ter uma situação muito confortável não só para o momento, mas para a vida toda, porque, quando se aposentam, levam essas vantagens. Nesse sentido, a população brasileira, gaúcha, porto-alegrense não vai esquecer essa votação. É por isso que tem muitos vereadores que, às vezes, para não fazer o enfrentamento de plenário, com todo respeito, acabam se licenciando, porque não querem assumir esse desgaste que, por sua vez, respeitando as suas opiniões, não é desgaste. Porque acha que o prefeito ganha pouco, o secretário ganha pouco, o vereador ganha pouco, e, para nós, avaliando do ponto de vista da população, de quem ganha o salário mínimo, imaginem só o que poderá acontecer hoje. Hoje é o dia de festa para quem ganha muito e, para os mais pobres, é um dia de tristeza, de se decepcionar com o mundo da política. É nesse sentido que nós temos que avaliar, porque, quando vamos ali numa comunidade e percebemos que grande parte dela não consegue nem sequer receber do governo, numa situação calamitosa, uma cesta básica, e as pessoas vão verificar o que aconteceu na Câmara de Porto Alegre. Depois, com a sanção do projeto de lei que ora o prefeito vai sancionar, beneficiando a si mesmo e aos seus companheiros ou companheiras, ou, até mesmo, quem não é, que queira ou não, aprovado o projeto de lei, todos os vereadores e vereadoras vão acabar tendo esse salário. Como também os secretários que, por sua vez, têm a desculpa de que em recebendo um salário menor, ele não acompanha o salário de vereador, mas o vereador que passa a ser secretário acaba sendo uma questão opcional. Portanto, ele acaba optando. E aí nós nos dirigimos... Por exemplo, como é tratado o servidor público, o Cecchim disse aqui que não, que o prefeito podia dar, sim, até cem por cento de reajuste ao servidor público, mas não é assim que se tratou no governo anterior, o Marchezan, e nem mesmo no governo Melo. Quando os servidores sentavam nas mesas de negociações e havia uma desculpa enorme que não era possível dar, Aírto Ferronato, nem mesmo o INPC, nem mesmo os índices inflacionários, sendo que, no ano passado, por exemplo,

o governo fechou o ano com um superávit de R\$ 600 milhões. E aí o governo não investe, não investe não só na qualificação, mas no concurso público, Robaina, Ver. Alex, quando deveria fazer concurso público e não o faz, porque a grande maioria dos projetos de lei que nós aqui aprovamos são os serviços temporários. É isso que nos deixa triste. A política hoje sai daqui machucada, triste, decepcionada e muito mais o cidadão que vê uma atitude deslocada com a dura realidade que nós estamos vivendo na nossa querida Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 195/23, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Hamilton, nós estamos encerrando o debate. Eu acredito que, na verdade, essa discussão foi muito transparente, ela foi muito clara. Não há muito o que se analisar no sentido de buscar o que não está aparente. Já está tudo claro; é uma aparência claríssima. Eu não vou entrar aqui na discussão do NOVO, do Tiago, que ficou aqui tentando atacar a esquerda, quando ele teria que, na verdade, defender um governador que, além de fazer projetos contra o serviço público, aumentou seus próprios salários em quase 300%; vou tirar esse debate com o NOVO, porque eu não quero me somar nessa polêmica. Quero falar da discussão aqui de Porto Alegre. A discussão é claríssima. Foi feito um acordo que juntou o interesse direto do prefeito, que já está em campanha de reeleição, e o prefeito quer aumentar de modo substancial o seu próprio salário, fez um cálculo político de que não poderia fazer agora, então, ele, fazendo esse cálculo político, tratou de apresentar um discurso de que isso não é pra ele; é para o próximo prefeito. Mas ele está em campanha já, e ele tem um certo otimismo, tem a maioria na Câmara que busca que esse otimismo se concretize, usando a máquina já a serviço da sua reeleição. Nós temos casos absurdos como essa gestão da secretaria de educação, totalmente suspeita em relação à utilização de recursos públicos, e o

governo está aí nessa operação. Aí veio a emenda pra contemplar o vice, que é o Ricardo Gomes, que também é parte da chapa para ser reeleito. Aí faltou os vereadores, aí a Emenda nº 06, o Ver. Janta chamou de “cereja do bolo”, a Emenda nº 06 é para concretizar que os vereadores também ganhem, já que vão se sacrificar, já que vão fazer esse esforço pelo aumento salarial do prefeito, nada mais lógico que também participem desse “trenzinho da alegria”. Os vereadores têm esse acordo. Nós vamos votar contra, e nós estamos denunciando desde o início. E teve também uma parte do funcionalismo público, a alta burocracia, que também entrou, porque, na medida em que o salário do prefeito aumenta, aumenta o teto para que os salários, dessa parte da burocracia tenha uma remuneração de acordo com a lei, mas eu acho – e aqui eu quero deixar claro o meu ponto de vista – que o mais injusto é o aumento do salário dos políticos, não é dos auditores e dos procuradores, é o salário dos políticos, em primeiro lugar do prefeito. Porque se for fazer uma discussão na sociedade, a sociedade vai querer reduzir os salários, reduzir! Então o que está mais em contradição com o espírito e com a vontade pública é a votação do aumento de salário do prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores – dos secretários um pouco menos, mas também os secretários não estão com esse prestígio. Se há vontade de melhorar a qualidade de vida, os governantes e os políticos precisam primeiro buscar melhorar a qualidade de vida do povo. Quando os governantes conseguirem melhorar a qualidade de vida do povo, o povo vai ter o maior interesse que esses governantes tenham as melhores condições materiais para poder reproduzir a sua existência da melhor forma possível, mas o que nós temos visto é o oposto; o que nós temos visto são governantes que atuam ao contrário dos interesses do povo e a favor dos seus próprios interesses, como uma casta privilegiada. E essa casta privilegiada está se expressando nesta votação, em que essa casta tem o poder de decidir sobre os seus próprios proventos, e, se utilizando desse poder, está votando algo que é contrário à vontade popular. Esta Câmara, portanto, aprovando essa resolução está, mais uma vez, mostrando que está totalmente em contradição com o interesse do povo de Porto Alegre. Eu espero que, em algum momento, o povo de Porto

Alegre, acompanhando a situação política, dê o troco, porque o troco precisa ser dado, porque o troco merece ser dado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 195/23.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Hamilton, colegas vereadoras e vereadores, público que nos assiste, vamos falar então de subsídios. Hoje Porto Alegre lida com uma receita anual de R\$ 10 bilhões e conta com uma população de 1 milhão e meio de habitantes. Vamos fazer comparativos. Hoje o prefeito de Porto Alegre está em 55º lugar na posição dos prefeitos do Rio Grande do Sul, em salário e entre as capitais ele é o 16º. Por que isso acontece? Porque o Regimento da Câmara diz que a votação deve sempre ser anterior ao pleito. O que acontece? Os vereadores não votam o aumento antes de uma eleição, e isso traz uma defasagem de salário a cada ano, a cada pleito não votado. Hoje alguns assessores dos nossos gabinetes ganham mais do que o seu vereador. Está certo? O vereador se elege pelo trabalho, pela representação junto à cidade com uma grande responsabilidade que é criar leis que impactam a vida das pessoas. Eu trabalho assim, e a maioria dos vereadores aqui desta Casa também. Eu trabalho sete dias por semana, 20 horas por dia e não posso ter uma outra fonte de receita. Servidores dentro de suas carreiras estão constantemente buscando seus direitos, o que é justo, da mesma forma que acreditamos, neste projeto, ser importante para a gestão de Porto Alegre. Falam que o teto traz um impacto para os cofres públicos. Eu discordo, pois o valor proposto para o prefeito a partir de 2025 já é o valor pago a esses servidores. Tem um processo tramitando em Brasília? Tem, mas ainda tramita com recursos. Logo, até o momento, nós não temos impacto financeiro. Hoje o valor dos servidores da Fazenda é de R\$ 35.495,00. Ou seja, este projeto aprovado, lá em 2025, sem o reajuste anual, esses servidores terão que devolver valores para os cofres públicos. Vamos falar de gestão. Esses valores não foram

inventados. Os R\$ 34.900,00 ficam abaixo do valor hoje pago a esses servidores, como teto base, a partir de 2025. Vice e vereadores terão um valor legal de R\$ 23.400,00 que é o percentual dos deputados estaduais que está na Constituição. Secretário, R\$ 19,9 mil, que é o valor do adjunto, do secretário adjunto do Estado; servidores aprovados em concurso que não têm a ver com política, são pessoas de carreira, que têm a sua carreira, têm o seu estudo, têm a sua vida, e vamos dar como exemplo os auditores. No último concurso, somente um de dez auditores, dos dez primeiros colocados, aceitou assumir. Por que será? Porque a iniciativa privada paga mais, outros órgãos do Estado pagam mais. Vamos falar de secretariado. Os secretários hoje na gestão são guerreiros, pois eles recebem milhares de demandas da cidade diariamente e entregam muito para a população de Porto Alegre, que é o seu papel e a sua obrigação. Entregas importantes para uma cidade com obras e demandas, e recebem R\$ 10 mil, sendo que têm uma responsabilidade legal com os seus CPFs, seus bens pessoais por serem ordenadores de despesa. Ano que vem, nós teremos campanhas eleitorais, e alguns sairão para concorrer, pois é muito difícil se conseguir bons gestores com esse valor. Por isso a proposição de que os secretários sejam votados para, imediatamente, receberem seus aumentos.

Para concluir, quero dizer que este aumento não é para o prefeito Sebastião Melo, não é para o vice Ricardo Gomes, nem para quaisquer vereadores que aqui se fazem presentes. É para uma próxima gestão, que pode ser situação ou oposição. Eu quero trazer aqui que a bancada do PT, na Assembleia, votou favorável ao aumento do governador, do vice e dos deputados estaduais, em peso. Coerente, eu diria. O partido NOVO, já se falou aqui, o governador Zema, aumentou em 298%, e 247%, aprovados no primeiro turno, para o seu secretariado. O governador Zema hoje ganha R\$ 41.845, muito mais do que ganhará o próximo prefeito, que, talvez, não seja Sebastião Melo. Eu acho que seria de bom-tom aqueles que votarem contra o projeto abrirem mão deste percentual que será aprovado, se assim Deus quiser, e nós vamos trabalhar para isso, pois assim vão manter a sua fala conectada com as suas ações. Vamos

parar com essa demagogia e votar o projeto favorável, e as Emendas nºs 05 e 06. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Marcelo Sgarbossa (sem partido): Presidente Hamilton, eu não posso fazer encaminhamento por estar no momento sem partido, mas queria fazer um registro aqui, parabenizando toda a Casa, num tema tão espinhoso, eu diria assim, e foi levado num nível que não estamos acostumados a ver, nos últimos tempos, aqui nesta Casa, um tom elevado, talvez, com pouquíssimas personalizações ou quase nenhuma personalização. Então, quero parabenizar os colegas vereadores e vereadoras. Tirando o seu caso, Ver.^a Mari, mas, no mais, a gente sabe que, nos últimos tempos, a Câmara tem tido debates um pouco acima do tom que se deveria. E hoje eu acho que chegamos num tom razoável, então queria fazer esse registro. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Eu me somo ao Ver. Marcelo Sgarbossa a esse comentário. Tendo em vista o transcurso do horário regimental, declaro encerrada a presente sessão e convoco todos para a 011ª Sessão Extraordinária.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h41min.)